

2025

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

JORNALISMO ECONÔMICO I



ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

JORNALISMO ECONÔMICO I

Editora Pascal

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr. Raimundo Luna Neres

Dr. Raimundo José Barbosa Brandão

Dr. Gabriel Nava Lima

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr^a Eliane Rosa da Silva Dilkin

Dr. Will Ribamar Mendes Almeida

Dr. Claudio Alves Benassi

Dr. Diogo de Almeida Viana dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237j

Santos, Adelcio Machado dos

Jornalismo econômico I / Adelcio Machado dos Santos — São Luís: Editora Pascal, 2025.

78 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-178-1

D.O.I.: 10.29327/5650214

1. Jornalismo. 2. Econômico. 3. Política. 4. Desenvolvimento. I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 70+330.34

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

Livro dedicado à jornalista
Lúcia Helena Vieira

*“A liberdade para participar de decisões sociais e políticas,
e a oportunidade de receber e compartilhar informações,
são não apenas direitos fundamentais, mas também instru-
mentos cruciais para o desenvolvimento econômico.”*

Amartya Sen

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

O Jornalismo Econômico, com sua natureza técnica e analítica, sempre prestou contributo essencial para a compreensão das complexas dinâmicas da sociedade. Em tempos de incerteza, mutações céleres colossais reptos globais, o papel do Jornalismo especializados em economia se torna ainda mais relevante.

É com grande satisfação que apresento a obra Jornalismo Econômico I, que colige textos elaborados ao longo de anos de observação, análise e escrita sobre os mais variados temas econômicos.

Neste livro, não se busca não apenas relatar os fatos e números que dominam a esfera econômica, mas também conectar as variáveis que influenciam o cotidiano de empresas, governos e cidadãos. A coletânea de artigos aqui apresentada oferece uma visão panorâmica sobre os temas que marcaram o noticiário econômico, desde políticas públicas até questões macroeconômicas globais, passando pela análise de setores específicos e suas repercussões nos mercados.

Cada artigo carrega consigo a intenção de desmistificar a economia para o grande público, traduzindo conceitos complexos em uma linguagem acessível e contextualizada, sem perder a profundidade necessária para um entendimento completo dos fenômenos. A abordagem crítica e a busca pela análise imparcial são marcas registradas dos textos, que se distinguem pela precisão dos dados e pela clareza das ideias.

O Jornalismo Econômico tem a responsabilidade de fornecer informações que fundamentem o processamento decisório de indivíduos e organizações, ademais de desempenhar um papel crucial no exercício da cidadania. Em tempos de transformações digitais e mudanças de paradigmas globais, a função do jornalista econômico também se reinventou, incorporando novas formas de contar as histórias que envolvem os números.

Contudo, a missão de informar à luz da Deontologia permanece inabalada.

Ao compilar este conjunto de artigos, não apenas se revisita temas transatos, mas também nos convida a refletir sobre os novos desafios que a economia global enfrenta. Com um olhar atento e crítico, ele nos guia por entre as complexidades do mercado, os dilemas da política econômica e as questões sociais que emergem desses cenários.

Augura-se que esta obra se configure em manancial de conhecimento e inspiração tanto para jornalistas, que podem encontrar aqui importantes referências

para o exercício de sua profissão, quanto para leitores em geral, que buscam compreender mais profundamente os acontecimentos econômicos que impactam sua vida cotidiana.

Em epítome, em cada página, o repto consiste no mesmo: entender o mundo, interpretando os sinais da economia e suas consequências para as pessoas e para o porvindouro.

BIOGRAFIA DO AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é economista (CORECON/SC 3840) e jornalista (MT/SC 4155), com militância em Desenvolvimento Econômico e Jornalismo Econômico.

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Bacharel em Ciências Econômicas e em Sociologia.

O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Filosofia da Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação e Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no “staff” na Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É revisor científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

É membro das organizações de pesquisa: Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABECS), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Deu a lume a 72 livros, 165 capítulos de livros e 426 artigos científicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6663595207403860>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X>

SUMÁRIO

POLÍTICA ECONÔMICA – RELEVANTE POLÍTICA PÚBLICA	10
CELSO FURTADO – O ECONOMISTA-MOR.....	13
ATUALIDADE DE KEYNES.....	17
A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO CONHECIMENTO.....	19
CARLOS LESSA.....	22
A DISCIPLINA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO	25
ECONOMIA DO TURISMO	29
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO	33
BLOCOS ECONÔMICOS NA SOCIEDADE INTERNACIONAL.....	36
FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	40
MERCADO COMUM DO SUL.....	43
RELAÇÕES INTERNACIONAIS ECONÔMICAS	46
ECONOMIA DA CULTURA	50
O NEODESENVOLVIMENTISMO EM ANÁLISE.....	54
A RELEVÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR	57
A PESQUISA EM ECONOMIA – CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO	61
O ECONOMISTA IGNÁCIO RANGEL.....	65
FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO – PORTA-VOZ DO DESENVOLVIMENTIS- MO	70
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA – EXECUTORA DO DESENVOLVIMENTO RE- GIONAL	74



1

POLÍTICA ECONÔMICA - RELEVANTE POLÍTICA PÚBLICA

Primeiramente, a política econômica se configura em gama de ações e diretrizes adotadas pelo governo com o objetivo de regular a economia de um país, garantindo estabilidade, crescimento sustentável e bem-estar para a população. A relevância dessa política pública se destaca, porquanto ela impacta diretamente a vida das pessoas, influenciando a distribuição de renda, o nível de emprego, o controle da inflação e o crescimento econômico. A formulação de uma política econômica eficaz é fundamental para o desenvolvimento de uma nação, sendo essencial para a criação de um ambiente favorável aos negócios e à geração de emprego, além de promover a justiça social.

Destarte, a política econômica pode ser dividida em várias áreas, sendo as principais a política fiscal, a política monetária e a política cambial. A política fiscal diz respeito à gestão das receitas e despesas do governo, influenciando diretamente a tributação e os gastos públicos, fundamentais para garantir a manutenção de serviços essenciais e o financiamento de programas sociais. Já a política monetária envolve o controle da oferta de moeda e das taxas de juros, influenciando a inflação e o custo do crédito. A política cambial, por sua vez, trata das relações comerciais com outros países, regulando a taxa de câmbio e o comércio exterior.

A política fiscal exerce um papel fundamental na promoção do crescimento econômico. Por meio de um equilíbrio adequado entre a arrecadação e os gastos públicos, é possível financiar investimentos em infraestrutura, educação, saúde e segurança, áreas que são cruciais para o bem-estar da população. Quando a política fiscal é eficiente, ela pode também estimular o setor privado a investir mais, gerando mais empregos e impulsionando a atividade econômica. No entanto, se mal administrada, a política fiscal pode levar a déficits orçamentários elevados e ao aumento da dívida pública, o que pode comprometer a sustentabilidade da economia no longo prazo.

A política monetária, conduzida por instituições como os bancos centrais, visa o controle da inflação e a manutenção da estabilidade dos preços. Por meio da definição das taxas de juros e da regulação da quantidade de moeda em circulação, o governo tenta garantir que a economia não sofra com a inflação descontrolada, que pode corroer o poder de compra da população. Uma política monetária bem-sucedida pode ajudar a manter a confiança na moeda nacional e criar um ambiente propício para investimentos, além de garantir que o sistema financeiro funcione de forma eficiente.

A política cambial, que regula as relações comerciais externas, também tem impacto significativo na economia interna. A gestão das reservas cambiais e a definição da taxa de câmbio influenciam a competitividade das exportações e importações, afetando diretamente o comércio internacional e as relações econômicas com outros países. Uma política cambial bem estruturada pode ajudar a manter

a balança comercial equilibrada, promovendo o crescimento econômico e assegurando a estabilidade da moeda nacional frente ao mercado internacional.

Uma política econômica sólida deve ser pautada pela busca do equilíbrio entre o crescimento econômico e a distribuição de recursos de forma justa. Em um contexto globalizado, é fundamental que as políticas econômicas também considerem as interações internacionais e os desafios que surgem no cenário global.

Por conseguinte, faz-se mister que Administração Pública invista em políticas de inclusão social, garantindo que os benefícios do crescimento econômico cheguem a todas as camadas da sociedade, principalmente as mais vulneráveis. A erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades regionais são objetivos centrais de uma política econômica que busque não só o crescimento, mas o bem-estar de toda a população.

Por conseguinte, a política econômica é uma das mais relevantes políticas públicas, pois exerce impacto direto na qualidade de vida da população, influenciando o nível de emprego, a renda, o acesso a serviços básicos e a estabilidade social. Sua efetividade depende da capacidade do governo em coordenar as diferentes áreas da política fiscal, monetária e cambial, adotando medidas que promovam o desenvolvimento sustentável e a justiça social.

Em epítome, a construção de uma política econômica que atenda aos desafios do presente e prepare o país para o futuro é um exercício contínuo de planejamento, monitoramento e ajustes, que exige visão estratégica, responsabilidade fiscal e compromisso com a melhoria das condições de vida da sociedade civil.



2

CELSO FURTADO – O ECONOMISTA-MOR

Em primeiro lugar, Celso Furtado (1920-2004) conta com amplo reconhecimento entre os importantes economistas brasileiros, cujos contributos ao estudo e à compreensão do Brasil e das economias latino-americanas são incontestáveis.

Destarte, a sua obra reflete uma visão crítica sobre o desenvolvimento econômico, alinhada com os desafios históricos e estruturais enfrentados pelos países da América Latina, especialmente o Brasil. Furtado é conhecido por suas análises profundas sobre a dependência econômica, a industrialização, e o papel do Estado na promoção do desenvolvimento.

De outro vértice, Furtado formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e obteve seu doutorado em Ciências Econômicas na Universidade de Paris. Durante sua formação, foi influenciado pelas correntes de pensamento que buscavam compreender as especificidades do subdesenvolvimento no contexto latino-americano.

As suas ideias e trabalhos se distanciaram das teorias econômicas convencionais da época, propondo uma nova leitura da economia brasileira e da dinâmica do capitalismo periférico.

Destarte, em sua trajetória, Furtado foi profundamente impactado pelo processo de modernização e de industrialização que se iniciou no Brasil na década de 1950. Suas teorias foram marcadas pela análise da dependência do país em relação aos centros econômicos globais, tendo em vista que o Brasil se via inserido em uma economia globalizada de forma subalterna.

A perseguição por um modelo de desenvolvimento que fosse capaz de superar as limitações históricas da economia brasileira foi um dos objetivos centrais de sua obra.

Outrossim, a produção intelectual de Furtado se caracteriza por um enfoque multidisciplinar, abrangendo tanto a economia quanto a História, Ciência Política e a sociologia.

Seus trabalhos mais conhecidos incluem *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), livros que estabeleceram as bases de sua análise crítica sobre as estruturas econômicas do Brasil e da América Latina.

Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado analisa a evolução econômica do país desde o período colonial até o momento da sua publicação, buscando entender os fatores que determinaram a trajetória de subdesenvolvimento do Brasil.

Ele propôs que as características do Brasil, como a concentração fundiária e a exploração do trabalho escravo, haviam moldado a estrutura social e econômica, impedindo a formação de uma economia autônoma e industrializada.

Ademais, em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Furtado apresenta um es-

tudo mais amplo sobre as economias periféricas e as relações de dependência que as caracterizam. Influenciado pelas ideias de economistas como Raul Prebisch e os teóricos da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), Furtado descreve o subdesenvolvimento como um fenômeno estrutural que não pode ser compreendido apenas a partir da falta de recursos ou de capital, mas sim como uma consequência da inserção desigual das economias periféricas no mercado mundial.

A obra de Furtado revela um pensamento inovador que desafiou as interpretações econômicas dominantes de sua época. Ao contrário das abordagens ortodoxas que viam o subdesenvolvimento como um simples estágio a ser superado pelo desenvolvimento capitalista, ele argumentava que a dependência das economias latino-americanas, como a do Brasil, estava profundamente enraizada nas relações históricas e econômicas globais.

Furtado também destacou a importância do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico.

Ele via o Estado como um agente essencial para a promoção da industrialização, da infraestrutura e da educação, áreas fundamentais para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Durante a década de 1950, o Brasil adotou políticas de substituição de importações, que foram em grande parte inspiradas pelas ideias de Furtado, buscando reduzir a dependência externa e estimular o desenvolvimento interno.

O Estado, para Furtado, não deveria se limitar a ser um agente regulador, mas sim um impulsionador de mudanças estruturais. Esse pensamento, alinhado com a proposta de desenvolvimento autônomo, fez de Furtado um crítico do modelo neoliberal que ganharia força nas décadas seguintes, quando o papel do Estado foi significativamente reduzido em muitas economias.

Não foi apenas um acadêmico, mas também desempenhou papéis importantes na administração pública, como Ministro do Planejamento no governo João Goulart.

Sua experiência política ajudou a moldar sua visão sobre o desenvolvimento e o papel do governo na economia. Mesmo após a sua saída do governo e a implementação do regime militar no Brasil, ele continuou a escrever e a influenciar a política econômica brasileira.

O seu legado é imenso, não só por sua vasta produção intelectual, mas também por sua capacidade de integrar os campos da economia, da política e da história em uma análise abrangente do subdesenvolvimento e das alternativas para o Brasil.

Seus escritos são fundamentais para compreender as dificuldades e os desafios enfrentados pelas economias periféricas e, de forma especial, pela economia

brasileira.

Ademais, a crítica de Furtado ao neoliberalismo e a sua defesa do desenvolvimento autônomo continuam a ressoar nas discussões contemporâneas sobre as alternativas econômicas para países em desenvolvimento.

Por conseguinte, atualidade de seus trabalhos reflete a permanência de muitas das questões que ele abordou ao longo de sua carreira, como a desigualdade, a dependência econômica e o papel do Estado no processo de desenvolvimento.

Em epítome, Celso Furtado é uma figura central na história da economia brasileira e latino-americana.

Por final, o seu pensamento crítico e sua visão profunda do subdesenvolvimento continuam a ser fontes essenciais de reflexão e inspiração para economistas, estudiosos e políticos que buscam alternativas para um desenvolvimento mais justo e autônomo, não apenas para o Brasil, mas para toda a América Latina.



3

ATUALIDADE DE KEYNES



John Maynard Keynes, um dos economistas mais influentes do século XX, continua a ser uma referência fundamental para a compreensão e a formulação das políticas econômicas contemporâneas. Seu pensamento, desenvolvido principalmente na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), rompeu com a ortodoxia clássica e introduziu conceitos que ainda hoje norteiam a atuação dos governos em momentos de crise. Diante dos desafios econômicos atuais, suas ideias permanecem relevantes, especialmente no que diz respeito ao papel do Estado na economia, à intervenção em momentos de recessão e ao combate ao desemprego.

O precípua contributo de Keynes foi demonstrar que os mercados não são necessariamente autorreguláveis e que períodos prolongados de desemprego podem ocorrer sem uma intervenção externa. Ele argumentava que, em momentos de crise, a demanda agregada pode ser insuficiente para garantir o pleno emprego, tornando essencial a atuação do governo por meio de políticas fiscais expansionistas, como o aumento dos gastos públicos e a redução de impostos. Essa abordagem se tornou um marco na formulação de políticas econômicas e foi amplamente adotada após a Grande Depressão e durante a reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial.

A crise financeira de 2008 e os impactos econômicos da pandemia de COVID-19 reavivaram o interesse pelo pensamento keynesiano. Diante da contração econômica gerada por esses eventos, governos ao redor do mundo adotaram pacotes de estímulo, ampliando investimentos públicos e fornecendo auxílios financeiros à população, em uma clara aplicação dos princípios keynesianos. As medidas emergenciais adotadas demonstraram que, sem a intervenção do Estado, a recuperação econômica poderia ser ainda mais lenta e desigual.

Contudo, o legado de Keynes também enfrenta desafios e críticas. Os defensores do liberalismo econômico argumentam que intervenções excessivas podem levar ao aumento da dívida pública e a distorções nos mercados. Além disso, a globalização e as novas dinâmicas econômicas trouxeram questionamentos sobre até que ponto as políticas keynesianas, concebidas em um contexto de economias nacionais mais fechadas, são plenamente aplicáveis na atualidade. Ainda assim, mesmo os críticos reconhecem que a ação estatal continua sendo um instrumento fundamental para enfrentar crises e garantir estabilidade econômica.

Por conseguinte, em um mundo marcado por incertezas, o pensamento de Keynes permanece essencial para compreender e enfrentar os desafios econômicos.

Em epítome, o se legado nos lembra que os mercados, por si sós, nem sempre garantem prosperidade para todos, bem como o Estado tem um papel crucial na promoção do bem-estar social e na busca pelo pleno emprego. Assim, a atualidade de Keynes não reside apenas em suas prescrições econômicas, mas também em sua visão de que a economia deve estar a serviço da sociedade, e não o contrário.



4

A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO CONHECIMENTO



O conhecimento sempre se configurou em um dos principais motores do desenvolvimento econômico, mas, na era da informação, tornou-se o fator mais decisivo para o crescimento sustentável das nações, empresas e indivíduos. Diferentemente dos recursos naturais e do capital físico, que são limitados e sujeitos à escassez, o conhecimento é um recurso intangível que pode ser compartilhado e multiplicado sem se esgotar, tornando-se um diferencial estratégico essencial para a competitividade global.

No cenário atual, marcado pela digitalização e pela inovação constante, a economia baseada no conhecimento assume papel central. Setores como tecnologia, biotecnologia, inteligência artificial e economia criativa demonstram que o valor agregado de bens e serviços está diretamente relacionado ao nível de conhecimento incorporado a eles.

Empresas que investem em pesquisa, desenvolvimento e capacitação conseguem maior produtividade, geram empregos qualificados e impulsionam o crescimento econômico. Além disso, países que priorizam a educação e a inovação tendem a apresentar maior competitividade internacional e desenvolvimento sustentável.

A globalização e o avanço das tecnologias de comunicação facilitaram o acesso à informação, mas também aumentaram a necessidade de adaptação e aprendizado contínuo. O capital humano, ou seja, a qualificação e o conhecimento dos trabalhadores, tornou-se um dos principais ativos das economias modernas.

Profissionais capacitados não apenas elevam a eficiência das organizações, mas também promovem a criação de novos mercados e soluções inovadoras. Nesse contexto, a educação de qualidade e o investimento em ciência e tecnologia são fundamentais para reduzir desigualdades e garantir progresso econômico.

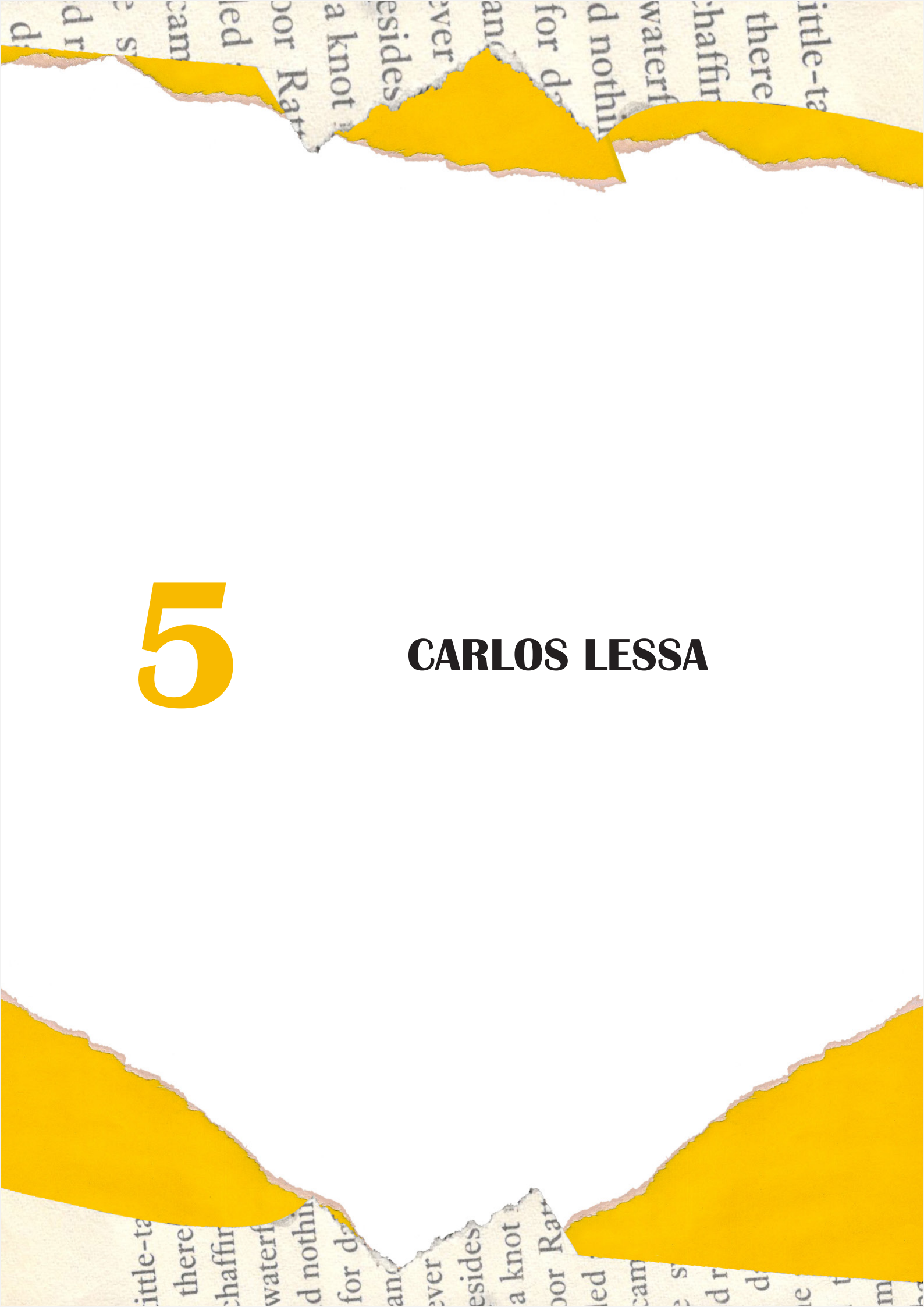
Outro aspecto relevante jaz na relação entre conhecimento e empreendedorismo. Startups e empresas inovadoras surgem a partir da aplicação do conhecimento para resolver problemas e criar oportunidades de negócio. O crescimento dessas empresas não depende apenas de investimentos financeiros, mas da capacidade de desenvolver e utilizar conhecimentos avançados.

Destarte, isso reforça a importância da disseminação do conhecimento, do estímulo à criatividade e da colaboração entre universidades, empresas e governos para fortalecer o ecossistema de inovação.

Em epítome, o conhecimento é um fator essencial para o desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável. O uso inteligente do conhecimento permite a criação de soluções para desafios sociais e ambientais, como energias renováveis, saúde pública e eficiência produtiva.

Por final, uma economia que valoriza o conhecimento não apenas gera riqueza

za, mas também melhora a qualidade de vida da população, promovendo crescimento econômico com responsabilidade social e ambiental.

A large, irregular yellow shape resembling torn paper or a torn-out section of a document, positioned in the center of the page. The edges are jagged and uneven, giving it a hand-torn appearance. It is set against a background of a light beige or cream color, which is also visible at the top and bottom edges of the page. The yellow shape is the central focus of the design.

5

CARLOS LESSA

Carlos Lessa figura entre os economistas mais preeminentes e respeitados do Brasil, reconhecido por seu vasto contributo para a teoria econômica, seu compromisso com o desenvolvimento do país e sua visão crítica sobre o modelo econômico adotado pela nação. Seu trabalho abrangeu uma ampla gama de temas, mas ele ficou especialmente conhecido por suas reflexões sobre a industrialização, a desigualdade social e a soberania econômica.

Lessa nasceu em 1941, no Rio de Janeiro. Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ele foi um dos intelectuais que ajudaram a moldar o pensamento econômico brasileiro nas últimas décadas. Sua formação acadêmica foi aprofundada com estudos de pós-graduação na França, e isso permitiu que ele tivesse uma visão internacionalizada, porém, com um forte compromisso com as realidades brasileiras.

Lessa não se limitou apenas à academia. Ele também atuou ativamente no campo público e político, sendo, por exemplo, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse cargo, Lessa implementou uma série de políticas voltadas ao financiamento do desenvolvimento sustentável e à melhoria da infraestrutura do país, sempre com uma perspectiva voltada para a justiça social e a equidade econômica.

A precípua característica do pensamento de Lessa reside no seu olhar crítico sobre as políticas neoliberais que predominaram no Brasil e em muitos países latino-americanos nas últimas décadas. Ele questionava a ideia de que o mercado livre e a globalização poderiam, por si só, gerar crescimento e reduzir a desigualdade social.

Ao contrário, Lessa acreditava que o Brasil precisava de um projeto de desenvolvimento autônomo, baseado em uma indústria nacional forte, capaz de competir no mercado global sem renunciar à soberania econômica.

Uma de suas grandes contribuições teóricas foi a ideia de que a industrialização não deveria ser vista apenas como um processo de aumento da produção, mas como um meio de criar uma estrutura econômica que fosse capaz de gerar inovações, transformar o país em um polo tecnológico e promover a distribuição de renda.

Ele via o Brasil como um país com imenso potencial de crescimento, desde que tivesse um modelo de desenvolvimento centrado nas suas próprias necessidades e características.

Lessa também esteve à frente de debates sobre a desigualdade social no Brasil. Ele acreditava que a pobreza e a concentração de renda eram consequências diretas de um modelo econômico que privilegiava poucos, em detrimento da gran-

de maioria da população. Em suas obras, ele analisava a estrutura econômica do Brasil com um olhar atento para as questões sociais, defendendo que as políticas públicas deveriam ser desenhadas para promover a inclusão, a justiça social e a redução das desigualdades regionais.

Em suas análises, Lessa se mostrava preocupado com o papel do Brasil no contexto internacional. Ele alertava sobre os riscos de subordinação econômica e política diante dos grandes blocos econômicos internacionais, principalmente após a crescente inserção do país no mercado global. Para Lessa, o Brasil deveria buscar alternativas ao modelo neoliberal, que frequentemente resultava em dependência de capital externo e em uma frágil base produtiva nacional.

Por conseguinte, Lessa deixou um legado fundamental para as futuras gerações de economistas, intelectuais e formuladores de políticas públicas. Seu trabalho ajudou a moldar o debate sobre a economia brasileira nas últimas décadas e suas ideias continuam sendo fonte de inspiração para aqueles que acreditam que o país pode, sim, construir um modelo de desenvolvimento baseado em suas próprias potencialidades.

Destarte, a obra de Lessa se caracteriza por uma crítica profunda aos dogmas do neoliberalismo, defendendo que a construção de um Brasil mais justo e próspero exigia mais do que uma simples abertura ao mercado global.

Era necessário que o país, de forma soberana, construísse sua trajetória, sempre tendo em vista os desafios internos, como a desigualdade social e a necessidade de garantir uma distribuição mais equitativa dos frutos do desenvolvimento.

Sua contribuição vai além dos aspectos técnicos da economia. Carlos Lessa foi um pensador que buscou compreender as complexas relações entre a economia e a sociedade brasileira, e sua obra permanece uma referência essencial para o entendimento dos desafios que o país ainda enfrenta.

Em epítome, Lessa ousou repto as convenções estabelecidas, oferecendo uma visão crítica sobre os rumos do Brasil e do mundo. Seu trabalho não só contribuiu para o campo da economia, mas também se imortalizou por sua capacidade de articular teoria e prática, sempre com uma preocupação social e um profundo amor pelo Brasil.

Por final, presentemente as suas reflexões se configuram em manancial de aprendizado e inspiração para aqueles que acreditam na construção de um país mais justo, soberano e desenvolvido.



6

A DISCIPLINA ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO

A Economia do Desenvolvimento se configura em subárea dentro da economia que se concentra na análise e formulação de políticas para promover o crescimento econômico e o bem-estar social, especialmente em países em desenvolvimento. Essa disciplina busca entender as causas das disparidades econômicas entre países e, ao mesmo tempo, investigar maneiras de melhorar as condições de vida, reduzir a pobreza, promover a igualdade social e estimular a sustentabilidade econômica. Ela combina elementos da teoria econômica tradicional com análises de questões sociais, políticas e ambientais, criando um campo multidisciplinar que integra perspectivas de economia, sociologia, política, e até mesmo de história e ciência política.

Historicamente, a Economia do Desenvolvimento emergiu após a Segunda Guerra Mundial, quando muitos países da Ásia, África e América Latina buscaram formas de modernizar suas economias e sociedades. O período pós-guerra foi marcado por uma série de esforços internacionais para apoiar o desenvolvimento de países recém-independentes, que estavam enfrentando grandes desafios relacionados a altos índices de pobreza, desigualdade e falta de infraestrutura.

Inicialmente, a disciplina estava centrada na ideia de que os países pobres precisavam seguir os mesmos caminhos de desenvolvimento percorridos pelos países ricos, como Estados Unidos e nações da Europa Ocidental. A teoria da modernização, com ênfase no crescimento econômico através da industrialização e da adoção de políticas liberais de mercado, foi uma das primeiras abordagens teóricas dominantes na área. As décadas seguintes, no entanto, revelaram que esse modelo nem sempre produzia os resultados esperados, e surgiram críticas e novas perspectivas sobre o

Os precípuos paradigmas da Economia do Desenvolvimento

- a) Paradigma da Modernização: Como mencionado anteriormente, a teoria da modernização sugeria que os países em desenvolvimento deveriam seguir o caminho de desenvolvimento dos países industrializados, focando na implementação de reformas políticas e econômicas baseadas na liberalização dos mercados, investimentos em infraestrutura e instituições modernas. No entanto, essa teoria não levava em consideração as particularidades locais, as desigualdades estruturais e as consequências sociais que podiam surgir durante o processo de desenvolvimento.
- b) Paradigma da Dependência: A crítica à teoria da modernização surgiu por meio da teoria da dependência, que argumentava que os países em desenvolvimento estavam, na verdade, sendo subjugados a uma relação de dependência com as economias mais desenvolvidas. O desenvolvimento de países ricos foi visto como baseado na exploração dos recursos e da força de trabalho de países mais pobres. Economistas como Celso Furtado e Theoto-

nio dos Santos, entre outros, apontaram que a estrutura econômica global impunha obstáculos ao desenvolvimento autônomo de países periféricos.

- c) **Neoliberalismo e suas Críticas:** Na década de 1980, com o avanço das políticas neoliberais, muitos países começaram a adotar reformas estruturais baseadas no mercado livre, desregulamentação e privatizações. A visão neoliberal defendia que a livre concorrência e a redução do papel do Estado seriam essenciais para o crescimento econômico. No entanto, essas políticas frequentemente resultaram em maiores desigualdades sociais e em uma menor intervenção do Estado nas questões sociais, o que levou a novas críticas dentro da Economia do Desenvolvimento.
- d) **Paradigma das Capacidades:** Em contraste com as abordagens anteriores, a teoria das capacidades, desenvolvida por Amartya Sen, enfatiza a importância de ampliar as liberdades individuais e sociais para promover o desenvolvimento humano. Segundo Sen, o desenvolvimento não deve ser visto apenas como crescimento econômico, mas como um processo de expansão das capacidades das pessoas, ou seja, a sua habilidade de viver a vida que elas têm razões para valorizar. Essa teoria coloca um foco maior no bem-estar das pessoas e na melhoria das condições sociais, como educação, saúde e igualdade de gênero.

Nos dias de hoje, a Economia do Desenvolvimento lida com uma gama de desafios complexos que vão além das questões tradicionais de crescimento econômico. Entre esses desafios, destacam-se a pobreza extrema, as mudanças climáticas, a crescente desigualdade social, os fluxos migratórios forçados, e a necessidade de uma transição para economias sustentáveis. Além disso, o desenvolvimento deve ser visto de maneira mais holística, incorporando a preservação ambiental e a inclusão social como elementos essenciais para o progresso.

O conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se uma questão central, especialmente após a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015. Esses objetivos propõem metas para erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades e garantir a sustentabilidade ambiental, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais de maneira equilibrada. A Economia do Desenvolvimento contemporânea tem, portanto, que encontrar maneiras de conciliar crescimento econômico com a preservação do meio ambiente e a inclusão social.

Políticas Públicas e Intervenção Estatal

A execução de políticas públicas adequadas ao contexto de cada país é um dos focos da Economia do Desenvolvimento. Políticas como a promoção da educação de qualidade, a reforma agrária, a promoção de sistemas de saúde universais e

a criação de uma infraestrutura adequada são essenciais para fomentar o desenvolvimento inclusivo. Em muitas ocasiões, o papel do Estado na promoção do desenvolvimento é visto como indispensável, principalmente quando se trata de corrigir falhas de mercado e proporcionar bens públicos essenciais.

Ademais disso, políticas de redistribuição de renda, como os programas de transferência direta de recursos, têm se mostrado eficazes em reduzir a pobreza de maneira rápida e significativa, como pode ser observado em casos como o Bolsa Família no Brasil e o PROGRESA no México.

Em epítome, a Economia do Desenvolvimento é uma disciplina em constante evolução, que precisa se adaptar às transformações globais e aos novos desafios que surgem no cenário internacional. Seu objetivo fundamental é compreender as causas das desigualdades econômicas e sociais e buscar soluções viáveis para promover o progresso sustentável e inclusivo.

Por final, posto que os debates sobre as melhores abordagens para o desenvolvimento continuem a ser intensos, é claro que uma combinação de políticas públicas, investimentos em capital humano e a integração de questões ambientais serão essenciais para garantir que o desenvolvimento futuro seja inclusivo, equitativo e sustentável.



7

ECONOMIA DO TURISMO



A economia do turismo é um dos setores mais dinâmicos e relevantes no cenário econômico global, com impactos profundos nas economias locais, regionais e nacionais. Este segmento envolve a movimentação de pessoas, bens e serviços, sendo responsável por gerar empregos, fomentar o comércio, incentivar investimentos e contribuir para o desenvolvimento de várias áreas, incluindo infraestrutura, cultura e meio ambiente.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo representa uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, além de ser uma das indústrias que mais cresce no planeta.

O turismo tem um impacto direto e indireto sobre a economia. Os efeitos diretos envolvem os gastos dos turistas com serviços e produtos, como hospedagem, alimentação, transporte, entretenimento e compras. Em muitos países, o turismo é uma das principais fontes de renda, como no caso de destinos como a França, Estados Unidos, Espanha e Itália, onde as receitas do setor representam uma parte significativa do PIB nacional.

Ademais disso, o turismo gera uma cadeia de benefícios indiretos, como o aumento da demanda por produtos e serviços locais, o desenvolvimento de infraestrutura (aeroportos, rodovias, sistemas de transporte público, entre outros) e o fomento ao comércio internacional, ao atrair turistas estrangeiros. Outro ponto importante é que o setor turístico é um motor de inovação, impulsionando o desenvolvimento de novas tecnologias, práticas sustentáveis e ofertas diferenciadas de serviços.

A economia do turismo é, também, uma das grandes responsáveis pela geração de empregos, não só diretamente nos setores de hospedagem, alimentação e transporte, mas também em áreas como marketing, tecnologia, consultoria, design, artesanato e eventos. Estudos apontam que o turismo é um setor que emprega milhões de pessoas no mundo todo, sendo uma oportunidade significativa de inclusão e profissionalização, especialmente em regiões onde a indústria turística se encontra em expansão.

Outrossim, o turismo impulsiona o empreendedorismo local, estimulando o surgimento de pequenos negócios, como guias turísticos, restaurantes, lojas de artesanato e outros estabelecimentos que dependem do fluxo de turistas para sua sobrevivência.

Nos derradeiros anos, o conceito de turismo sustentável ganhou destaque, com ênfase na necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e o respeito às culturas locais. O turismo sustentável busca minimizar os impactos negativos que a atividade turística pode gerar, como o desmatamento, a poluição, o desgaste de recursos naturais e a descaracterização

de comunidades locais.

Para garantir que o turismo contribua para o bem-estar das populações anfitriãs e para a preservação do meio ambiente, é necessário promover práticas que envolvam a educação dos turistas, a conscientização sobre a preservação do patrimônio natural e cultural e a implementação de políticas públicas eficazes. O ecoturismo, por exemplo, é uma vertente que tem se mostrado promissora, pois busca integrar a conservação ambiental com a visita de áreas naturais, gerando benefícios tanto para os turistas quanto para as comunidades locais.

A tecnologia tem transformado profundamente a economia do turismo. A digitalização de processos, o uso de aplicativos de viagens, sistemas de reserva online e o crescimento de plataformas de compartilhamento de experiências, como o Airbnb e o Uber, alteraram as dinâmicas do setor. Além disso, a realidade aumentada e a inteligência artificial estão oferecendo novas formas de interação com os destinos turísticos, melhorando a experiência do visitante e facilitando o planejamento da viagem.

O marketing digital e as redes sociais desempenham um papel fundamental na promoção dos destinos turísticos, permitindo que pequenas localidades se tornem conhecidas globalmente através da divulgação de suas atrações e experiências autênticas. Essa mudança nas formas de comunicação e marketing tem levado ao surgimento de novos modelos de negócios no setor, como o turismo de experiência e o turismo personalizado.

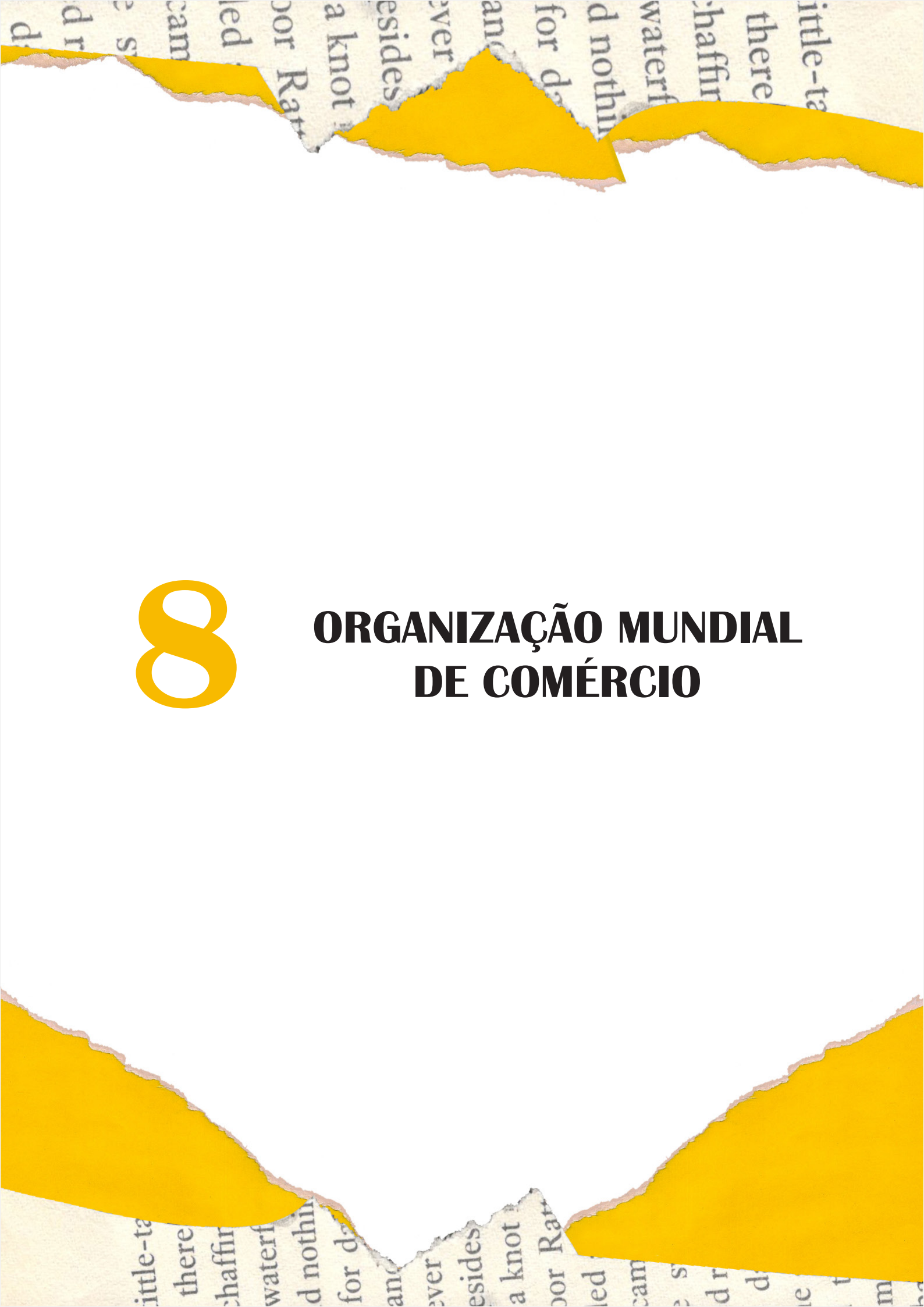
A pandemia de COVID-19 teve um impacto devastador na economia do turismo, interrompendo viagens internacionais, limitando o acesso a destinos populares e levando muitos estabelecimentos a fecharem temporariamente ou até mesmo a falirem. No entanto, a recuperação do setor tem mostrado sinais de resiliência. A adaptação às novas demandas de viagem, como o turismo local, o turismo de natureza e o aumento das preocupações com a saúde e segurança, tem sido crucial para a retomada.

À medida que os países começam a superar os desafios trazidos pela pandemia, o turismo tem se reposicionado como uma indústria essencial, com novos paradigmas e oportunidades, como o turismo híbrido (mistura de presencial e virtual), o aumento das viagens curtas e a valorização de destinos menos conhecidos.

A economia do turismo é um pilar fundamental para o crescimento e desenvolvimento de muitos países, especialmente aqueles que possuem vocações turísticas específicas. Entretanto, para que o turismo continue a ser uma fonte de prosperidade, é necessário que sejam adotadas políticas públicas eficazes, que promovam a sustentabilidade, a inclusão social e a preservação do patrimônio.

Por final, o uso da tecnologia e o foco em experiências autênticas também são

tendências que irão moldar o futuro do setor, proporcionando uma viagem mais personalizada e responsável. O turismo, portanto, continua a ser um motor vital da economia global, com um potencial imenso de transformação social e econômica.



8

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO

Preliminarmente, a Organização Mundial do Comércio (OMC) se configura em instituição internacional criada com o objetivo de regular as relações comerciais entre os países, promovendo um comércio global mais livre, justo e previsível. Fundada em 1995, a OMC substituiu o antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), que existia desde 1948. Seu papel principal é supervisionar as regras do comércio internacional, facilitar negociações entre seus membros, resolver disputas comerciais e monitorar a implementação de acordos comerciais.

Destarte, com 164 membros, que representam a maior parte da economia global, a OMC desempenha um papel fundamental na promoção de um sistema de comércio internacional mais organizado e transparente. A organização está estruturada em torno de três funções principais: a negociação de acordos comerciais, a implementação e monitoramento desses acordos, e a resolução de disputas entre os países.

Outrossim, uma das funções centrais da OMC é facilitar negociações entre os países para a redução de tarifas e outras barreiras ao comércio. Através de rodadas de negociação, os países procuram ampliar o acesso aos mercados e reduzir custos no comércio internacional. O processo de negociação na OMC é único porque envolve uma ampla gama de países com interesses econômicos e sociais diversos, o que exige um equilíbrio delicado entre os diferentes interesses.

Ademais disso, a OMC possui um mecanismo de solução de controvérsias que ajuda a resolver disputas comerciais entre os países. Quando um membro acredita que outro está violando as regras da OMC ou seus compromissos comerciais, pode iniciar uma disputa. Esse mecanismo de solução de controvérsias é uma das maiores inovações da OMC em relação ao GATT, pois proporciona um processo mais estruturado e eficiente para a resolução desses conflitos.

Outro papel essencial da OMC reside no monitoramento das políticas comerciais dos seus membros. A organização realiza avaliações periódicas para garantir que os países cumpram os compromissos assumidos e que as políticas comerciais adotadas estejam alinhadas com as normas internacionais. Isso contribui para a construção de um ambiente de negócios mais estável e previsível, o que é essencial para fomentar o comércio global.

Posto que a OMC tenha sido crucial para a liberalização do comércio internacional, ela também tem enfrentado críticas ao longo dos anos. Uma das principais críticas é a alegação de que seus processos beneficiam desproporcionalmente as economias mais desenvolvidas, enquanto as economias em desenvolvimento enfrentam dificuldades em garantir seus interesses.

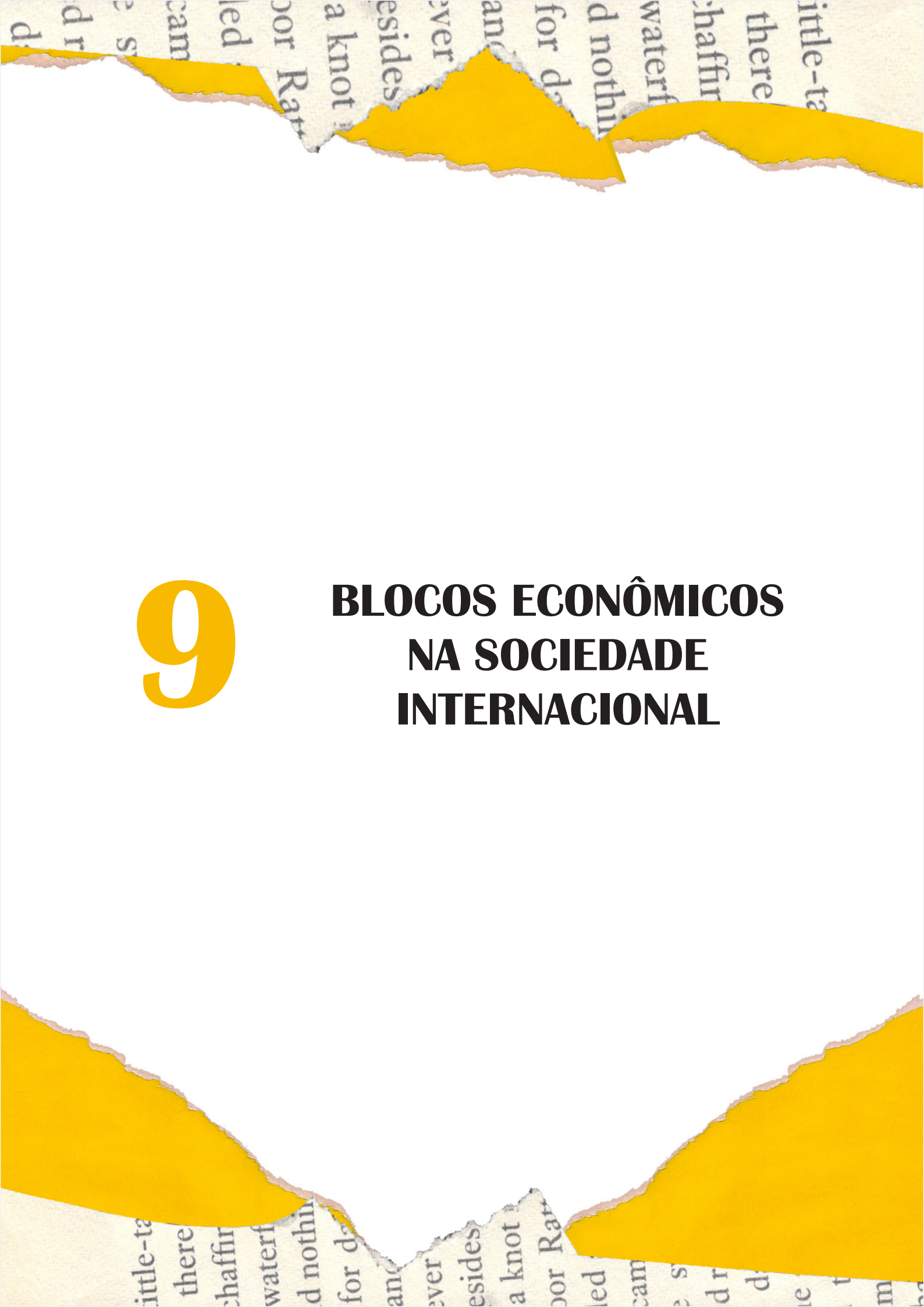
Outra crítica refere-se à incapacidade da OMC de tratar de questões emergentes, como o comércio digital, mudanças climáticas e questões de direitos humanos,

que se tornaram cada vez mais relevantes no cenário global.

Conquanto tais críticas, a OMC continua a ser um dos principais fóruns para discutir questões comerciais globais. Seus defensores argumentam que a organização é essencial para a estabilidade econômica global, ao fornecer um conjunto de regras claras e um sistema para resolver disputas. Além disso, ao facilitar a redução de barreiras comerciais, a OMC tem contribuído para o aumento do comércio internacional, o que, em muitos casos, tem promovido o crescimento econômico, o desenvolvimento e a redução da pobreza.

À guisa conclusão, a Organização Mundial do Comércio desempenha um papel central na regulação do comércio global, promovendo um sistema de comércio mais livre, previsível e justo.

Em epítome, malgrado as críticas, sua importância no cenário internacional é inegável, e o debate sobre sua reforma e adaptação às novas realidades do comércio global continua a ser um tema importante para os próximos anos.



9

BLOCOS ECONÔMICOS NA SOCIEDADE INTERNACIONAL

Os blocos econômicos representam uma das formas mais eficazes de organização da economia internacional na contemporaneidade. Eles consistem em agrupamentos de países que estabelecem acordos comerciais e políticas econômicas comuns, com o objetivo de intensificar a troca de bens e serviços, reduzir barreiras tarifárias, e promover uma maior integração entre as economias participantes. Esses blocos têm impacto significativo nas relações internacionais e são uma resposta estratégica à globalização, que impõe desafios e oportunidades para os países que buscam fortalecer sua posição no cenário global.

Historicamente, os blocos econômicos surgiram com a intensificação da troca internacional após a Segunda Guerra Mundial, período em que os países procuraram reconfigurar a ordem econômica mundial. A ideia central era aumentar o comércio e a cooperação econômica entre as nações, ao mesmo tempo em que se criavam plataformas de negociação e coordenação de políticas. Os blocos podem ser classificados de acordo com o nível de integração econômica que alcançam, variando desde acordos mais superficiais, como as zonas de livre comércio, até uniões econômicas mais profundas, como as uniões monetárias.

Destarte, verificam-se diferentes tipos de blocos econômicos, que variam na profundidade das integrações e nos objetivos que perseguem. Abaixo, são destacados alguns dos principais:

1. Zona de Livre Comércio (ZLC): Nesse tipo de bloco, os países membros eliminam as barreiras comerciais, como tarifas e cotas, para promover um comércio mais fluido entre si. No entanto, cada país mantém sua própria política comercial com países externos. Um exemplo clássico é o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que envolvia os Estados Unidos, o Canadá e o México, antes de ser substituído pelo Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA).
2. União Aduaneira: Ademais de estabelecer a eliminação de barreiras comerciais internas, os países que formam uma união aduaneira adotam uma tarifa externa comum (TEC), o que significa que os produtos vindos de fora do bloco são sujeitos às mesmas tarifas. A União Europeia (UE) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul) são exemplos de uniões aduaneiras.
3. Mercado Comum: Esse é um bloco econômico em que os países membros não apenas eliminam as barreiras ao comércio e estabelecem uma tarifa externa comum, mas também permitem a livre circulação de fatores de produção, como trabalho e capital. A União Europeia (UE) pode ser considerada um exemplo de mercado comum avançado, uma vez que não só garante a livre circulação de bens, mas também de pessoas, serviços e capitais entre seus membros.

4. União Econômica e Monetária: Esse é o estágio mais avançado de integração econômica, em que os países adotam políticas econômicas e fiscais harmonizadas, além de uma moeda comum. A zona do euro, dentro da União Europeia, é o exemplo mais emblemático de união monetária, com 19 dos 27 países da UE utilizando o euro como moeda oficial.

Os blocos econômicos mais importantes no cenário global incluem:

- União Europeia (UE): Considerada o modelo mais desenvolvido de integração econômica, a UE combina aspectos de uma união econômica, um mercado comum e uma união monetária. Seus membros compartilham não apenas um mercado único, mas também um conjunto de normas regulatórias, políticas fiscais e uma moeda comum, o euro, que circula em 19 países.
- Mercosul: Formado por Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (com a Bolívia em processo de adesão), o Mercosul visa promover a integração econômica e política na América do Sul, além de estabelecer uma tarifa externa comum e políticas comerciais conjuntas. Embora tenha enfrentado desafios políticos e econômicos ao longo dos anos, o Mercosul continua sendo um dos blocos mais significativos da América Latina.
- Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN): Composta por 10 países do sudeste asiático, a ASEAN busca não só a promoção do comércio e da integração econômica entre seus membros, mas também a cooperação em várias áreas, como segurança e desenvolvimento sustentável. A ASEAN é conhecida por seu enfoque pragmático, procurando criar uma comunidade econômica com uma abordagem gradual e flexível.
- Acordo de Livre Comércio da América do Norte (USMCA): Substituindo o NAFTA em 2020, o USMCA envolve os Estados Unidos, o México e o Canadá. Esse bloco é fundamental para o comércio da América do Norte, promovendo a redução das tarifas e a facilitação do comércio entre esses países, embora as negociações também tenham incorporado elementos relacionados ao ambiente e à propriedade intelectual.

Os blocos econômicos têm implicações profundas para a economia global e para as relações internacionais. Alguns dos principais impactos incluem:

1. Aumento do Comércio Regional: Os blocos econômicos são criados com a intenção de aumentar o comércio entre seus membros, tornando-o mais eficiente e menos oneroso. Isso é alcançado principalmente pela eliminação de tarifas e pela harmonização de normas regulatórias, o que facilita a circulação de mercadorias e serviços.
2. Redução das Barreiras ao Comércio Global: Além de beneficiar os países membros, os blocos econômicos, ao reduzir suas barreiras comerciais inter-

nas, também contribuem para a liberalização do comércio internacional, incentivando outros países a participar de acordos bilaterais ou multilaterais.

3. Fortalecimento Político e Econômico: Através da cooperação estreita em questões comerciais, políticas e econômicas, os blocos podem melhorar a estabilidade política e econômica de seus membros. No entanto, a crescente interdependência também pode gerar tensões, especialmente quando surgem desentendimentos sobre questões econômicas ou políticas internas.
4. Reptos à Soberania Nacional: A integração econômica pode levar os países a delegar uma parte significativa de sua soberania a instituições supranacionais, como o Comitê de Comércio da União Europeia ou o Parlamento do Mercosul. Isso pode gerar resistência dentro de países que temem perder o controle sobre suas próprias políticas econômicas e fiscais.
5. Disparidades no Desenvolvimento: Embora a integração econômica traga benefícios para as economias mais desenvolvidas, os países mais pobres dentro de um bloco podem não conseguir acompanhar os ganhos globais. A disparidade no nível de desenvolvimento econômico entre os membros de blocos como a UE ou o Mercosul pode gerar tensões e dificultar a implementação de políticas comuns que beneficiem todos igualmente.

Os blocos econômicos desempenham um papel crucial na economia global e na sociedade internacional, permitindo que países integrem suas economias de maneira mais estreita e criem plataformas para enfrentar os desafios impostos pela globalização.

Posto que a formação desses blocos possa gerar benefícios econômicos substanciais, ela também apresenta desafios, como a perda de autonomia nacional, as disparidades econômicas entre os membros e a resistência a uma maior integração.

À guisa de conclusão, os blocos econômicos continuam a ser uma característica central das relações internacionais e um elemento essencial no mundo globalizado, determinando as dinâmicas econômicas e políticas em várias regiões do planeta.



10

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL



little-ta
there
chaffin
waterf
d nothing
for d
and
ever
esides
a knot
oor Rat

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma instituição financeira global criada em 1944, com o objetivo principal de promover a cooperação monetária internacional, garantir a estabilidade financeira global e facilitar o crescimento econômico sustentável. Seu papel se tornou essencial no cenário financeiro mundial, especialmente em tempos de crises econômicas, onde atua como um agente de estabilização, fornecendo assistência financeira e promovendo políticas de ajustes econômicos em países membros.

A origem do FMI remonta à Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, na qual 44 países se reuniram com o objetivo de criar uma arquitetura financeira internacional capaz de evitar os erros cometidos durante a Grande Depressão dos anos 1930. O FMI foi concebido como uma instituição capaz de promover a estabilidade cambial e garantir a livre circulação de capitais entre os países membros, evitando práticas de desvalorização competitiva de moedas e o protecionismo.

O FMI é composto por 190 países-membros (dados de 2023), e sua sede está localizada em Washington, D.C., nos Estados Unidos. Cada membro tem uma cota no FMI, que determina sua participação nas decisões e sua contribuição financeira. A cota também está relacionada ao montante de recursos financeiros que um país pode solicitar em caso de necessidade de apoio. O poder de voto dentro do FMI é proporcional à cota de cada membro, o que significa que países com maiores contribuições financeiras têm maior influência nas deliberações da instituição.

Um dos precípuos instrumentos de “performance” do FMI consiste no fornecimento de empréstimos a países em dificuldades financeiras. Esses empréstimos geralmente estão condicionados a um conjunto de reformas econômicas e políticas que o país deve adotar para restaurar a estabilidade e o crescimento. Essas reformas podem envolver medidas de austeridade, como a redução de gastos públicos, a reforma do setor financeiro, a liberalização do comércio e a desregulamentação de setores econômicos. Embora essas medidas tenham o objetivo de estabilizar a economia, elas também têm sido alvo de críticas, especialmente quando causam dificuldades sociais para a população de um país.

Ademais da assistência financeira, o FMI também desempenha um papel importante na vigilância econômica. Ele monitora as economias globais e realiza análises periódicas sobre a saúde econômica dos países membros. Através dessa vigilância, o FMI identifica riscos financeiros e oferece recomendações de políticas para garantir a estabilidade macroeconômica. Essa função de monitoramento é especialmente importante em tempos de volatilidade econômica, como durante crises financeiras ou recessões globais.

O FMI também promove o desenvolvimento econômico através da capacitação técnica, oferecendo assessoria e treinamento a países em áreas como gestão de políticas fiscais, administração pública, e desenvolvimento do setor financeiro.

Através de programas de assistência técnica, a instituição ajuda os países a melhorar a eficácia das políticas econômicas e a fortalecer suas instituições financeiras.

Contudo, o FMI não está isento de críticas. Muitos argumentam que suas políticas, particularmente as relacionadas ao empréstimo condicional, podem exacerbar a desigualdade social e aprofundar as dificuldades econômicas em países em desenvolvimento. Em algumas ocasiões, as medidas de austeridade impostas pelo FMI foram vistas como prejudiciais para o bem-estar social, levando a protestos e movimentos de oposição.

Ademais disso, a estrutura de governança do FMI tem sido criticada por favorecer os países mais ricos, que têm maior poder de voto devido às suas cotas financeiras.

Conquanto essas críticas, o FMI continua a ser uma instituição central no sistema financeiro internacional. Sua capacidade de fornecer recursos em tempos de crise e de coordenar políticas globais é fundamental para garantir a estabilidade econômica e a paz financeira mundial. Nos últimos anos, o FMI também tem buscado evoluir suas políticas, promovendo uma maior atenção aos aspectos sociais e ao desenvolvimento sustentável, especialmente em relação à mudança climática e à inclusão social.

Em epítome, o Fundo Monetário Internacional desempenha um papel crucial na manutenção da estabilidade econômica global, através de sua atuação em áreas como assistência financeira, vigilância econômica e capacitação técnica.

Por final, posto que adverte críticas sobre suas políticas e estrutura de governança, a sua contribuição para o sistema financeiro internacional é indiscutível, constituindo-se pilar importante no apoio aos países em conjunturas de crise e no esforço pela construção de um crescimento econômico global mais equilibrado e sustentável.



11

MERCADO COMUM DO SUL



O Mercado Comum do Sul, mais conhecido como MERCOSUL, configura-se organização regional que visa a integração econômica e política dos países da América do Sul. Fundado em 26 de março de 1991 pelo Tratado de Assunção, o MERCOSUL tem como objetivo principal criar uma zona de livre comércio entre os países membros, promovendo o comércio e a circulação de bens, serviços e fatores produtivos, como capital e trabalho. A organização busca também fortalecer a cooperação política, social e cultural, visando uma maior coesão e estabilidade entre os países da região.

O MERCOSUL surgiu a partir de um contexto de necessidade de aproximação econômica e política entre os países da América do Sul, especialmente após a década de 1980, quando muitos desses países enfrentaram crises econômicas profundas e instabilidade política. O Tratado de Assunção, que instituiu o MERCOSUL, foi assinado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, com a adesão da Venezuela em 2012. O bloco passou a ser uma plataforma para promover a integração econômica e, mais tarde, ampliou seus objetivos para incluir a cooperação política e social entre seus membros.

Inicialmente, o foco principal do MERCOSUL foi a criação de um mercado comum, com a redução de tarifas comerciais e a eliminação de barreiras ao comércio. Isso visava aumentar a competitividade das economias da região, melhorar o padrão de vida da população e integrar mais efetivamente os mercados desses países.

Os principais objetivos do MERCOSUL podem ser resumidos em três pontos principais:

1. Criação de uma zona de livre comércio: Com a eliminação de tarifas alfandegárias e barreiras comerciais entre os países membros, o MERCOSUL visa facilitar o comércio intrarregional.
2. Adoção de uma tarifa externa comum: Os países membros do MERCOSUL adotam uma tarifa externa comum para produtos importados de fora da região. Isso cria um ambiente mais competitivo para as indústrias locais.
3. Promoção de políticas econômicas comuns: O bloco busca estabelecer políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento que favoreçam o crescimento e a estabilidade da região.

Outrossim, o MERCOSUL trabalha na área de cooperação política, buscando reforçar os laços entre os membros e trabalhar em conjunto em questões políticas e de segurança. A organização busca uma aproximação em termos de políticas externas e de defesa, o que permite maior influência no cenário internacional.

Ao longo dos anos, o MERCOSUL tem tentado expandir suas fronteiras, tanto no sentido de ampliar a sua zona de livre comércio, quanto de incorporar novos

países. Em 2012, a Venezuela tornou-se membro pleno, o que ampliou ainda mais o impacto da organização na América do Sul. Além disso, o MERCOSUL mantém acordos comerciais com diversos países e blocos, como a União Europeia, que, embora ainda não tenha se concretizado totalmente, é uma das maiores iniciativas de integração global da organização.

Contudo, o MERCOSUL enfrenta diversos desafios, que vão desde questões políticas internas até divergências econômicas. A instabilidade política em alguns de seus membros, como as mudanças de governo e os diferentes interesses nacionais, podem dificultar o alcance de objetivos comuns. Além disso, a economia global tem mudado rapidamente, com o surgimento de novas potências econômicas, o que exige uma constante adaptação e reformulação das políticas do MERCOSUL.

Para o MERCOSUL continuar a prosperar, será essencial que seus membros superem divergências internas e trabalhem juntos para promover uma maior integração econômica e política.

Destarte, a sustentabilidade do bloco depende de sua capacidade de se adaptar às mudanças do cenário mundial, de promover reformas internas e de manter um compromisso forte com os princípios da integração regional.

Ademais disso, o MERCOSUL deverá buscar aumentar sua inserção no comércio global, fortalecendo seus acordos com outras nações e blocos econômicos. O acordo com a União Europeia, embora ainda esteja em processo de ratificação, pode ser uma grande oportunidade para o MERCOSUL expandir suas relações comerciais e políticas, alcançando mercados importantes no Velho Continente.

Em um mundo cada vez mais globalizado, o MERCOSUL possui um papel fundamental a desempenhar na integração da América do Sul e na promoção de uma agenda comum de desenvolvimento e cooperação. Com uma economia diversificada e recursos naturais abundantes, os países do MERCOSUL têm o potencial de se tornar uma força de influência significativa, se souberem alinhar suas políticas e interesses de maneira mais eficaz.

O MERCOSUL representa uma importante iniciativa de integração regional na América do Sul, com o objetivo de promover a livre circulação de bens, serviços e pessoas entre seus membros. Embora enfrente desafios relacionados a divergências políticas e econômicas internas, a organização continua sendo um pilar fundamental para a cooperação regional e a projeção dos países sul-americanos no cenário internacional.

Em epítome, o sucesso do MERCOSUL dependerá de sua capacidade de adaptação às mudanças globais e de seu compromisso com o fortalecimento dos laços econômicos e políticos entre os países da região.



12

RELAÇÕES INTERNACIONAIS ECONÔMICAS



Primeiramente, as relações internacionais econômicas englobam as interações entre países, organizações internacionais, empresas multinacionais e outros agentes econômicos, com o objetivo de promover o fluxo de bens, serviços, capitais, tecnologias e conhecimentos entre diferentes partes do mundo. Estas relações são fundamentais para o desenvolvimento global, pois influenciam o crescimento econômico, a geração de empregos e a integração de economias.

Outrossim, o estudo das relações econômicas internacionais é central para entender como os países se posicionam no cenário global, como lidam com desafios comuns e como buscam maximizar seus interesses econômicos.

As relações econômicas internacionais são moldadas por diversos fatores, incluindo a política comercial, os investimentos estrangeiros diretos (IED), a mobilidade de capital, as políticas cambiais e as negociações multilaterais. A globalização, que se intensificou nas últimas décadas, desempenha um papel crucial nesse processo, pois facilita a interconexão das economias através de novos canais de comércio e comunicação. Com isso, os países passaram a depender cada vez mais das trocas econômicas transnacionais para seu desenvolvimento.

Um dos precípuos elementos dessa dinâmica é o comércio internacional. As trocas de bens e serviços entre países são fundamentais para que as economias possam expandir suas bases produtivas e aproveitar as vantagens comparativas que cada nação oferece. A teoria das vantagens comparativas, desenvolvida por David Ricardo no século XIX, argumenta que, mesmo que um país seja mais eficiente na produção de todos os bens, ele deve se especializar naqueles em que tem maior eficiência relativa, promovendo assim uma maior produtividade global.

Outro aspecto importante nas relações econômicas internacionais é o investimento estrangeiro direto (IED). Este tipo de investimento envolve a compra de ativos em outros países, como fábricas, imóveis e empresas, e é um dos principais motores do crescimento econômico, especialmente para os países em desenvolvimento. O IED não só traz capital financeiro, mas também tecnologia e conhecimentos, além de promover a criação de empregos e a melhoria da infraestrutura local.

Destarte, no cenário global, diversas organizações e acordos multilaterais são fundamentais para a regulamentação das relações econômicas internacionais. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, por exemplo, desempenham um papel crucial no financiamento e na estabilidade econômica de países em desenvolvimento. O FMI, com suas políticas monetárias e de crédito, tem como objetivo estabilizar as economias nacionais e promover o crescimento, enquanto o Banco Mundial foca no financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento social.

Ademais disso, a Organização Mundial do Comércio (OMC) desempenha um papel importante na regulação do comércio internacional. Criada em 1995, a OMC visa promover a liberalização do comércio, reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias e garantir que as regras do comércio sejam seguidas por todos os membros. A OMC também atua na resolução de disputas comerciais entre os países, assegurando que os acordos sejam cumpridos de maneira justa.

De outro vértice, no âmbito regional, blocos econômicos como a União Europeia (UE), o Mercosul, o Acordo Norte-Americano de Comércio Livre (NAFTA), atualmente conhecido como USMCA, e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) têm promovido a integração econômica entre seus membros, criando áreas de livre comércio e áreas de circulação de bens e pessoas. Esses blocos são uma resposta à necessidade de os países menores e em desenvolvimento terem maior peso nas negociações internacionais, além de aproveitarem as sinergias criadas pela cooperação econômica regional.

Conquanto as vantagens das relações econômicas internacionais, existem inúmeros desafios a serem enfrentados. As desigualdades globais, as crises financeiras, os conflitos comerciais e as questões ambientais são alguns dos principais obstáculos que dificultam o pleno potencial da integração econômica global. As tensões comerciais, como as entre os Estados Unidos e a China, demonstram como os interesses nacionais podem entrar em conflito com os objetivos de cooperação internacional.

Ademais disso, a crescente interdependência das economias globais torna os países mais vulneráveis a crises externas. A crise financeira de 2008 é um exemplo claro de como uma crise em uma economia pode afetar o mundo inteiro, gerando recessões, desemprego e falências em várias partes do planeta. A pandemia de COVID-19 também evidenciou a vulnerabilidade das cadeias de suprimentos globais, alterando a dinâmica do comércio e afetando a economia de muitos países.

Por outro lado, as relações internacionais econômicas também oferecem inúmeras oportunidades. A inovação tecnológica, especialmente no setor digital e de inteligência artificial, tem potencial para transformar as economias globais e abrir novas avenidas para a cooperação internacional. O crescimento do comércio eletrônico, a expansão das fintechs e a digitalização dos serviços financeiros são exemplos de como a tecnologia pode mudar a forma como as relações econômicas internacionais são conduzidas.

As relações internacionais econômicas são um dos pilares do sistema global contemporâneo, influenciando diretamente o desenvolvimento e a prosperidade de nações e regiões. A interação entre países, organizações internacionais e empresas multinacionais, se bem gerida, pode promover crescimento, estabilidade e cooperação.

No entanto, a complexidade e os desafios que envolvem esse campo exigem uma gestão cuidadosa e uma visão estratégica para que os benefícios da globalização sejam aproveitados de maneira justa e sustentável, com a redução das desigualdades e a promoção de uma economia global mais equitativa e integrada.



13

ECONOMIA DA CULTURA



Preliminarmente, a Economia da Cultura em subárea interdisciplinar que envolve o estudo dos aspectos econômicos e sociais das atividades culturais e criativas. Esse conceito vai além da simples produção de bens culturais, como música, artes plásticas, cinema e literatura, para incluir também a análise dos impactos econômicos das políticas culturais, da indústria criativa e do consumo cultural.

Trata-se de um campo em expansão que reconhece o papel fundamental da cultura no desenvolvimento econômico e social, no fortalecimento da identidade de comunidades e na promoção do bem-estar individual e coletivo.

A ideia central da economia da cultura consiste em que as ações culturais não são apenas expressões artísticas ou de lazer, mas também atividades que geram valor econômico. Isso pode ser observado em vários níveis: no emprego gerado pelas indústrias culturais, na movimentação de recursos financeiros, nas exportações de produtos culturais, na criação de mercados para obras de arte e na valorização do patrimônio histórico e cultural.

Destarte, dentro do campo da economia da cultura, um conceito importante é o da *economia criativa*. Esse termo engloba atividades econômicas baseadas na criatividade, conhecimento e talento, sendo representadas por áreas como música, teatro, dança, cinema, design, moda, publicidade, artes visuais, arquitetura, entre outras. O conceito de economia criativa destaca-se pela sua capacidade de gerar valor agregado a partir de ideias, inovação e expressão cultural. Esses bens e serviços criam uma cadeia produtiva que vai desde a criação artística até a comercialização e o consumo, movimentando grandes quantias de recursos financeiros e gerando empregos diretos e indiretos.

Estudos apontam que o setor cultural e criativo tem crescido de forma significativa em muitos países ao longo dos últimos anos. De acordo com dados da UNESCO, a economia cultural representa uma parte considerável do Produto Interno Bruto (PIB) de muitas nações. Além disso, a globalização e o aumento do consumo digital têm impulsionado as indústrias culturais a alcançar novos mercados, promovendo uma maior disseminação das produções culturais, o que, por sua vez, gera maiores fluxos financeiros e oportunidades de negócios internacionais.

Por conseguinte, os benefícios da economia da cultura não se limitam à geração de riqueza. As atividades culturais têm um impacto direto na coesão social e no bem-estar das pessoas. A participação em práticas culturais pode melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, proporcionar oportunidades educacionais e contribuir para a redução das desigualdades sociais. Além disso, a cultura desempenha um papel essencial na formação da identidade de uma nação ou de uma comunidade, ao fortalecer o sentimento de pertencimento e a valorização das tradições e patrimônios locais.

Outrossim, a cultura surte impacto positivo no turismo. Muitas cidades e países atraem visitantes devido ao seu patrimônio cultural e artístico, seja por meio de monumentos históricos, museus, festivais, ou eventos culturais. O turismo cultural, portanto, não só promove o intercâmbio cultural entre diferentes povos, mas também impulsiona a economia local, com a criação de empregos e a geração de receita para setores como a hotelaria, o transporte, a alimentação e o comércio.

Conquanto os avanços e da crescente valorização da cultura, a economia da cultura enfrenta alguns desafios importantes. A principal questão está relacionada ao financiamento das atividades culturais. Muitos países e municípios enfrentam dificuldades para destinar recursos suficientes para a promoção e preservação das suas produções culturais. A instabilidade econômica e as limitações orçamentárias podem prejudicar a implementação de políticas públicas eficazes para o setor cultural.

Outro repto relevante reside no acesso às novas tecnologias e a sua relação com o mercado cultural. A digitalização tem transformado a maneira como a cultura é produzida, distribuída e consumida, mas também gerado preocupações em relação à pirataria digital e à distribuição desigual de recursos entre produtores culturais. A democratização do acesso à tecnologia, por meio da criação de plataformas digitais e da implementação de políticas públicas, pode ser uma forma de resolver esses problemas, ao mesmo tempo que promove a diversidade cultural e a inclusão social.

Por outro lado, a economia digital também abre novas oportunidades para o mercado cultural. O crescimento do streaming de música e vídeo, por exemplo, tem permitido aos artistas alcançar um público global com mais facilidade. Plataformas como Spotify, YouTube, e Netflix transformaram o consumo de conteúdo cultural, gerando novas fontes de receita para os criadores de conteúdo e incentivando o desenvolvimento de novos produtos culturais.

O papel do Estado é fundamental na promoção e no incentivo à economia da cultura. Políticas públicas eficazes podem ajudar a fortalecer as indústrias culturais e criativas, garantir o acesso à cultura para diferentes camadas sociais e promover a preservação do patrimônio cultural. A implementação de leis de incentivo à cultura, como é o caso de leis de financiamento público para projetos culturais e a criação de espaços culturais, tem sido uma prática comum em muitos países, permitindo que artistas e grupos culturais encontrem condições para desenvolver seus trabalhos.

Ademais disso, o desenvolvimento de infraestrutura cultural, como teatros, museus, centros culturais e bibliotecas, é essencial para a democratização do acesso à cultura. Isso contribui para a formação de um público mais consciente, crítico e engajado nas questões culturais, promovendo, ao mesmo tempo, a valorização

das manifestações culturais locais.

A economia da cultura revela a importância das atividades culturais para o desenvolvimento econômico e social de uma sociedade. O setor cultural não apenas contribui para a criação de riqueza, mas também desempenha um papel fundamental na formação da identidade e na promoção da inclusão social.

Em epítome, ao integrar o conhecimento, a criatividade e a inovação, a cultura se estabelece como um motor do crescimento econômico, criando um ciclo de benefícios para a sociedade em diversos níveis.

Por final, configura-se fundamental que a Administração Pública e organizações sociais continuem a apoiar e a investir nas indústrias culturais, garantindo que a cultura, em todas as suas formas, possa florescer e alcançar um público cada vez mais amplo e diversificado.



14

0

NEODESENVOLVIMENTISMO EM ANÁLISE



O debate sobre desenvolvimento econômico no Brasil passou por distintas fases, desde os ideais cepalinos no pós-guerra até os modelos neoliberais predominantes nos anos 1990. No início do século XXI, emergiu uma nova proposta teórica e prática denominada neodesenvolvimentismo, articulando uma resposta crítica ao neoliberalismo e resgatando elementos do nacional-desenvolvimentismo do século XX

O neodesenvolvimentismo parte de uma crítica ao modelo neoliberal, centrado na desregulamentação dos mercados, na retração do Estado e na liberalização financeira. Em contraposição, defende a atuação ativa do Estado como planejador e executor de políticas públicas que estimulem o crescimento com distribuição de renda. Uma das principais influências emanam de economistas como Bresser-Pereira, que destacam a importância do investimento público, da política industrial e da regulação cambial como mecanismos para superar o chamado “regime de crescimento com restrição externa”.

Diferente do nacional-desenvolvimentismo clássico, centrado na industrialização por substituição de importações e no protecionismo, o neodesenvolvimentismo busca inserir o Brasil na economia global de forma competitiva, apostando em setores estratégicos e na ampliação do mercado interno por meio da elevação da renda das classes mais baixas. Essa estratégia envolve políticas de valorização do salário-mínimo, expansão do crédito, programas de transferência de renda e investimentos em infraestrutura.

Durante os anos 2003 a 2014, o Brasil adotou um conjunto de medidas que podem ser caracterizadas como neodesenvolvimentistas. Os governos Lula e Dilma ampliaram significativamente os investimentos públicos, fortaleceram bancos estatais como o BNDES e a Caixa Econômica Federal e criaram programas sociais de larga escala, como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Houve também uma forte política de conteúdo nacional, especialmente nos setores de petróleo e gás, com a política de compras governamentais priorizando a indústria local.

O resultado dessas políticas foi, inicialmente, promissor. Entre 2004 e 2010, o Brasil viveu um período de crescimento econômico consistente, redução da desigualdade social e forte geração de empregos formais. A valorização dos preços das commodities no mercado internacional, somada à estabilidade macroeconômica herdada do Plano Real, forneceu as bases para a sustentação desse modelo. No entanto, com a crise internacional de 2008 e suas repercussões, os limites do modelo começaram a aparecer.

A partir de 2011, o neodesenvolvimentismo passou a enfrentar crescentes dificuldades. A perda de competitividade da indústria brasileira, agravada pela valorização cambial e pelo chamado “custo Brasil”, revelou a fragilidade da política industrial adotada. Além disso, os incentivos fiscais indiscriminados e o controle

de preços administrados (como combustíveis e energia) geraram distorções macroeconômicas que se refletiram em perda de confiança dos investidores e deterioração das contas públicas.

O esgotamento do modelo ficou evidente com a recessão de 2014-2016, quando o Brasil enfrentou uma grave crise econômica, política e institucional. A queda nos investimentos, a alta da inflação e o aumento do déficit fiscal exigiram medidas de austeridade que contradiziam os fundamentos do neodesenvolvimentismo. A crítica de que o modelo havia se tornado excessivamente dependente do consumo interno e das commodities ganhou força, bem como a acusação de que falhou em criar uma base sólida de produtividade e inovação tecnológica.

Conquanto as dificuldades adversadas, o neodesenvolvimentismo continua sendo um campo de disputa importante no debate econômico brasileiro. Em um contexto de crescente desigualdade global, crise ambiental e desindustrialização, alguns de seus princípios — como a valorização do papel do Estado, o planejamento de longo prazo e a busca por autonomia produtiva — voltam a ganhar força. Propostas contemporâneas, como o “desenvolvimento sustentável com inclusão”, incorporam elementos do neodesenvolvimentismo, mas com ênfase maior em transições ecológicas e digitais.

A ascensão de governos progressistas na América Latina reacende a discussão sobre qual modelo de desenvolvimento é capaz de combinar crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade. O desafio está em reformular o neodesenvolvimentismo à luz das novas exigências do século XXI, como a digitalização da economia, as mudanças climáticas e a reorganização das cadeias produtivas globais.

O neodesenvolvimentismo representou uma tentativa relevante de articular crescimento econômico com justiça social no Brasil. Seus êxitos nos primeiros anos foram notáveis, sobretudo na redução da pobreza e na ampliação do mercado interno. No entanto, os limites estruturais da economia brasileira, combinados com erros de gestão e mudanças no cenário internacional, expuseram fragilidades do modelo.

Em epítome, o porvir do desenvolvimento no Brasil exige uma reavaliação crítica dos fundamentos neodesenvolvimentistas, com inovação nas políticas públicas, maior eficiência institucional e um olhar atento para as transformações tecnológicas e ambientais em curso.

Por final, a questão central que permanece é: como crescer de forma sustentável, equitativa e soberana em um mundo cada vez mais incerto?



15

A RELEVÂNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR



Preliminarmente, a agricultura familiar ocupa um papel de destaque no contexto socioeconômico e ambiental do Brasil e de diversos outros países ao redor do mundo. Trata-se de um modelo produtivo que vai além da simples produção de alimentos: é uma forma de vida que preserva valores culturais, promove a segurança alimentar, fortalece a economia local e contribui para a sustentabilidade ambiental.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a agricultura familiar é responsável por cerca de 80% da produção mundial de alimentos. No Brasil, ela representa mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população, além de ser responsável por empregar cerca de 10 milhões de trabalhadores no campo.

A definição de agricultura familiar varia conforme o contexto, mas, em linhas gerais, ela se caracteriza pela gestão da produção ser feita por membros da família, que também trabalham diretamente na propriedade. No Brasil, o marco legal para a agricultura familiar foi instituído pela Lei nº 11.326/2006, que define os agricultores familiares como aqueles que utilizam predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas e que possuem área limitada, geralmente até quatro módulos fiscais.

Esses pequenos produtores enfrentam desafios particulares, como o acesso restrito ao crédito, à assistência técnica, à infraestrutura e aos mercados consumidores.

No entanto, apesar das adversidades, eles desempenham papel central na promoção da segurança alimentar e na geração de renda no meio rural.

A relevância da agricultura familiar pode ser observada em diferentes dimensões. A primeira delas é a segurança alimentar e nutricional. Por estarem mais próximos dos centros urbanos e adotarem, em muitos casos, procedimentos agroecológicos, os agricultores familiares conseguem oferecer produtos frescos, diversificados e de melhor qualidade.

Eles garantem o abastecimento das feiras locais, mercados municipais e programas de alimentação escolar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que prevê a compra de alimentos da agricultura familiar para a merenda das escolas públicas. Essa relação direta entre produtor e consumidor favorece tanto o escoamento da produção quanto o acesso da população a alimentos mais saudáveis.

Outro aspecto relevante reside o papel social da agricultura familiar. Em muitas regiões do Brasil, especialmente nas áreas de menor desenvolvimento econômico, essa modalidade agrícola é a principal fonte de renda das famílias e um importante fator de fixação das populações no campo. Ela contribui para evitar o

êxodo rural, fortalece os laços comunitários e promove a inclusão social de grupos historicamente marginalizados, como povos tradicionais, comunidades quilombolas, indígenas, mulheres e jovens do campo.

Os agricultores familiares mantêm tradições e modos de vida que preservam o patrimônio imaterial do país, ao mesmo tempo que inovam e se adaptam às novas exigências do mercado e das mudanças climáticas.

A agricultura familiar também tem um papel fundamental na preservação ambiental. Embora não esteja isenta de impactos, ela tende a adotar práticas de manejo mais sustentáveis do que os grandes empreendimentos agroindustriais. A diversidade de cultivos, o uso de sistemas agroflorestais, a rotação de culturas e o respeito aos ciclos naturais são características frequentemente observadas nas propriedades familiares.

Ademais disso, por depender diretamente dos recursos naturais, os agricultores familiares têm maior interesse em manter o equilíbrio ecológico de seus territórios, sendo aliados estratégicos na conservação da biodiversidade, na recuperação de áreas degradadas e na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Do ponto de vista econômico, a agricultura familiar é uma força vital para o desenvolvimento local. Ela movimentaria economias regionais ao fomentar cadeias curtas de comercialização, estimular o comércio nos municípios e fortalecer cooperativas e associações. O acesso a políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem possibilitado a melhoria da renda e da qualidade de vida de milhares de famílias.

Entretanto, ainda há muito a ser feito para garantir a viabilidade econômica da agricultura familiar de forma duradoura. Investimentos em infraestrutura rural, capacitação técnica, acesso a tecnologias apropriadas, crédito facilitado e políticas de comercialização são essenciais para ampliar a produtividade e a competitividade dos pequenos produtores.

Destarte, nos últimos anos, a agricultura familiar tem enfrentado ameaças que colocam em risco sua sustentabilidade. O avanço do agronegócio em larga escala, o enfraquecimento de políticas públicas específicas, as crises climáticas e as dificuldades de acesso à terra são obstáculos significativos.

Entrementes, novas oportunidades têm surgido, como o crescimento da demanda por alimentos orgânicos, a valorização dos produtos locais e artesanais e o uso de tecnologias digitais no campo. A conexão entre campo e cidade também tem se fortalecido por meio de circuitos curtos de comercialização, como feiras orgânicas, mercados institucionais e entregas por cestas de alimentos (CSA – Comunidade que Sustenta a Agricultura).

Em face desse panorama, é fundamental reconhecer e valorizar a agricultura

familiar como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável. O fortalecimento desse setor requer o envolvimento do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada em ações integradas que garantam condições dignas de trabalho, preservem os recursos naturais e promovam a equidade social.

Urge superar a visão limitada que associa a agricultura familiar ao atraso ou à baixa produtividade. Ao contrário, ela representa um modelo agrícola resiliente, diverso, inclusivo e essencial para o futuro da alimentação e do planeta.

Em epítome, a agricultura familiar é muito mais do que uma forma de produção agrícola: é um modo de existência que articula economia, cultura, meio ambiente e justiça social. Seu fortalecimento significa investir na soberania alimentar, na redução das desigualdades e na construção de um modelo de desenvolvimento mais humano e sustentável.

Por final, valorizar o agricultor familiar é reconhecer sua importância na garantia do direito à alimentação, na preservação do meio ambiente e na promoção de um campo mais vivo e justo.



16

A PESQUISA EM ECONOMIA – CIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO



A pesquisa em economia ocupa um papel central no desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Mais do que um campo teórico de debates, ela é uma ferramenta prática de compreensão das dinâmicas sociais, produtivas e institucionais que moldam o mundo.

Em um contexto de rápidas transformações tecnológicas, ambientais e sociais, a ciência econômica se apresenta como uma bússola que orienta decisões públicas e privadas, afetando diretamente o bem-estar das populações. A relação entre pesquisa econômica, ciência e desenvolvimento revela-se, portanto, não apenas relevante, mas essencial.

A economia, enquanto ciência social aplicada, busca compreender como os recursos — escassos por natureza — são alocados para satisfazer as necessidades humanas, que são ilimitadas. Nesse sentido, a pesquisa científica em economia se estrutura a partir da observação da realidade, da formulação de hipóteses, da coleta e análise de dados, e da proposição de teorias e modelos explicativos.

Diferentemente das ciências naturais, no entanto, a economia lida com comportamentos humanos, instituições e contextos históricos, o que adiciona camadas de complexidade e exige metodologias cada vez mais refinadas e interdisciplinares.

A importância da pesquisa econômica para o desenvolvimento é visível quando se observa sua aplicação em políticas públicas. A análise de políticas fiscais, monetárias, educacionais e sociais depende fundamentalmente de diagnósticos precisos e da projeção de cenários.

Programas de combate à pobreza, por exemplo, só atingem resultados satisfatórios quando são baseados em estudos sérios sobre desigualdade de renda, informalidade, acesso a serviços públicos e dinâmicas do mercado de trabalho. A avaliação de impacto de políticas, uma área em crescimento dentro da economia aplicada, ilustra bem como a pesquisa orienta ações efetivas, permitindo que recursos sejam alocados de forma mais eficiente.

Ademais disso, a pesquisa econômica é motor de inovação. A compreensão do funcionamento dos mercados, das cadeias produtivas e dos incentivos institucionais abre espaço para a criação de novas soluções, produtos financeiros, arranjos produtivos e formas de organização do trabalho.

Em tempos de economia digital e globalização, compreender fenômenos como a economia de plataformas, os impactos da inteligência artificial ou as mudanças nas relações trabalhistas exige pesquisa constante, multidisciplinar e adaptável às novas realidades. O desenvolvimento econômico sustentável, nesse cenário, passa a depender cada vez mais da capacidade dos países de produzir e absorver conhecimento econômico relevante.

Outro aspecto crucial é o papel da pesquisa econômica na promoção da justiça social. Modelos econômicos tradicionais, por muito tempo, negligenciaram aspectos fundamentais como gênero, etnia e meio ambiente. No entanto, nas últimas décadas, novas correntes e abordagens têm ampliado o escopo da análise econômica, incorporando variáveis que anteriormente eram marginalizadas.

O avanço de linhas de pesquisa como a economia feminista, a economia ecológica e a economia institucional contribuem para uma compreensão mais holística do desenvolvimento, voltada para a equidade e a sustentabilidade.

Destarte, a pesquisa econômica também cumpre uma função ética, ao questionar modelos excludentes e propor alternativas mais justas.

A articulação entre pesquisa, ciência e desenvolvimento exige, contudo, investimentos e incentivos. A formação de economistas capacitados, a construção de bancos de dados robustos, o fomento a centros de pesquisa e a valorização da ciência como bem público são condições indispensáveis para que a pesquisa econômica floresça.

Países que investem em ciência econômica — e mais amplamente, em ciência e tecnologia — colhem resultados em termos de produtividade, inclusão e competitividade. O Brasil, com sua complexidade regional, social e institucional, tem na pesquisa econômica uma ferramenta estratégica para enfrentar seus desafios estruturais e construir caminhos de desenvolvimento mais sólidos e inclusivos.

Ademais, a internacionalização da pesquisa em economia é um fator que contribui para o intercâmbio de ideias e o avanço do conhecimento. Participar de redes globais, publicar em revistas de prestígio, adotar padrões metodológicos rigorosos e considerar as experiências de outros países fortalece a ciência econômica nacional.

No entanto, é igualmente importante que a pesquisa mantenha raízes locais e seja sensível às especificidades brasileiras. Modelos importados, quando aplicados sem adaptações, podem gerar diagnósticos equivocados e políticas ineficazes.

Destarte, a combinação entre rigor científico, sensibilidade social e compromisso com o desenvolvimento local é a marca da pesquisa econômica que verdadeiramente transforma.

Em epítome, a pesquisa em economia é mais do que uma atividade acadêmica: é uma prática de construção do futuro. Ao oferecer ferramentas para entender a realidade e propor soluções, a ciência econômica se consolida como pilar do desenvolvimento sustentável, justo e eficiente.

Para que seu potencial se concretize plenamente, é necessário que governos, universidades, setor privado e sociedade civil reconheçam seu valor estratégico e invistam em sua expansão.

Em epítome, o caminho para uma sociedade mais próspera passa, inevitavelmente, pelo fortalecimento da pesquisa em economia — e por meio dela, pelo aprofundamento do conhecimento, da inovação e da justiça social.



17

O ECONOMISTA IGNÁCIO RANGEL



little-ta
there
chaffin
waterf
d nothing
for d
and
ever
esides
a knot
oor Rat
led
cam
e s
dr
d
ie
t
m

Em primeiro lugar, Ignácio Rangel ocupa um lugar especial na história do pensamento econômico brasileiro. Nascido em 1914, no interior do Maranhão, e falecido em 1994, Rangel foi um intelectual inquieto, profundo conhecedor da realidade nacional e autor de ideias ousadas, muitas vezes à frente de seu tempo. Sua trajetória é marcada por uma constante busca por compreender as dinâmicas próprias do desenvolvimento brasileiro, distanciando-se dos modelos tradicionais de análise econômica importados do exterior e buscando uma abordagem genuinamente nacional. Ao longo de sua vida, transitou por diferentes áreas — da Economia à Sociologia, da História à Filosofia — construindo um pensamento interdisciplinar que desafiava os limites convencionais da ciência econômica.

A formação de Rangel foi marcada pela influência de grandes nomes do pensamento brasileiro, como Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado e Caio Prado Júnior, mas também por sua capacidade de criar conceitos e interpretações inovadoras.

Outtrossim, laborou em instituições importantes, como o BNDE (atual BNDES), onde teve a oportunidade de aplicar suas ideias na formulação de políticas de desenvolvimento. Foi também professor e articulista, deixando um vasto legado de textos que ainda hoje são objeto de estudo e debate. Ao contrário de muitos economistas de sua época, Rangel não se contentava com análises de curto prazo ou com modelos simplificadores

. Seu olhar voltava-se para os ciclos históricos de longo prazo, os processos estruturais e as contradições internas do capitalismo brasileiro.

Um dos precípuos contributos de Rangel está relacionada à sua interpretação do dualismo econômico brasileiro. Para ele, o Brasil era caracterizado por uma convivência contraditória entre setores modernos e atrasados, convivência essa que não era apenas uma herança colonial ou uma falha de modernização, mas sim parte constitutiva do processo de desenvolvimento. Essa visão rompe com o paradigma linear da teoria da modernização, segundo o qual as sociedades em desenvolvimento seguiriam automaticamente os passos dos países desenvolvidos. Rangel via, ao contrário, uma lógica própria no desenvolvimento brasileiro, em que o arcaico e o moderno coexistiam em uma relação dialética, de mútua dependência e transformação.

Essa concepção de dualismo não era puramente teórica; ela estava ancorada em uma análise concreta das estruturas produtivas, das relações de trabalho e das formas de financiamento da economia brasileira. Rangel percebeu, por exemplo, que o setor público desempenhava um papel central no financiamento do investimento privado, por meio de mecanismos como a inflação e a dívida pública. Essa constatação levou-o a desenvolver uma teoria do financiamento do desenvolvimento que escapava dos dogmas keynesianos e monetaristas.

Em sua visão, o Estado brasileiro funcionava como um grande “intermediador financeiro”, utilizando a emissão monetária e o endividamento como formas de viabilizar o crescimento econômico, especialmente em contextos de escassez de poupança privada.

É nesse ponto que emerge uma das ideias mais controversas e luminosas de Rangel: a chamada “inflação estrutural”. Para ele, a inflação no Brasil não era apenas um fenômeno monetário, como afirmavam os monetaristas, nem apenas o resultado de choques de oferta ou conflitos distributivos, como sugeriam outras correntes.

Destarte, a inflação, em sua concepção, era parte integrante do processo de modernização de uma economia estruturalmente desequilibrada.

Em outras palavras, o Estado recorria à inflação como forma de transferir recursos para setores estratégicos, contornando os bloqueios estruturais ao investimento. A inflação, nesse contexto, não era apenas um problema, mas também um instrumento — ainda que perverso — de desenvolvimento. Tal abordagem, embora polêmica, foi uma tentativa ousada de compreender a realidade brasileira a partir de suas próprias contradições internas.

Rangel também foi um atento observador das transições tecnológicas e dos ciclos de longo prazo. Inspirado nas ideias de Kondratieff e Schumpeter, ele via a economia mundial como um sistema em constante transformação, marcado por ondas de inovação tecnológica, mudanças no padrão de acumulação e reconfigurações do papel do Estado.

Para Rangel, o Brasil não poderia ser compreendido fora dessa lógica cíclica global, mas também não poderia ser reduzido a ela. Era necessário entender como essas ondas de transformação eram internalizadas de maneira específica, com base nas condições estruturais e institucionais do país.

Destarte, sua análise do “desenvolvimento desigual e combinado” ganhava contornos próprios, distintos tanto do Filosofia da Práxis quanto do estruturalismo emanado da CEPAL.

A relação de Rangel com Filosofia da Práxis é, aliás, um ponto que merece atenção. Embora profundamente influenciado pela obra de Marx, especialmente em sua análise das contradições do capital e das formas de produção, Rangel não se considerava um marxista dogmático.

Ele incorporava elementos do pensamento marxista em uma matriz analítica mais ampla, que também incluía contribuições da economia clássica, da teoria institucionalista e da história econômica. Seu compromisso era com a compreensão da realidade, e não com a fidelidade a uma escola de pensamento. Essa postura lhe rendeu tanto admiração quanto críticas, especialmente nos círculos mais orto-

doxos da academia.

Outro aspecto fascinante da obra de Rangel residia sua capacidade de dialogar com a engenharia e a técnica. Ele via na infraestrutura — especialmente no setor energético e nos transportes — um vetor fundamental do desenvolvimento.

À guisa de exemplo, o seu conceito de “plano de metas implícito”, mostra como o próprio funcionamento do sistema econômico gerava, de forma espontânea, uma orientação para o investimento e a transformação produtiva, mesmo na ausência de um planejamento formalizado.

Essa visão desafiava a dicotomia entre planejamento e mercado, mostrando que o desenvolvimento dependia da articulação entre diferentes formas de coordenação econômica.

Na esfera política, Rangel foi um defensor do nacionalismo desenvolvimentista, mas sempre com um olhar crítico. Ele acreditava que o desenvolvimento brasileiro exigia soberania econômica, mas também reconhecia as limitações e contradições do Estado nacional.

Sua proposta era por uma modernização inclusiva, que não deixasse de lado os setores populares e que enfrentasse as desigualdades regionais e sociais. Essa preocupação com a justiça social perpassa toda a sua obra, ainda que expressa de forma indireta, por meio da crítica às estruturas de concentração de poder e renda.

No ocaso de sua vida, Ignácio Rangel manteve-se ativo intelectualmente, escrevendo artigos e participando de debates sobre os rumos da economia brasileira em meio à crise da dívida externa, à hiperinflação e às reformas neoliberais. Embora muitas de suas ideias tenham sido temporariamente marginalizadas nos anos 1990, com o predomínio do pensamento liberal, elas voltaram a ganhar relevância no início do século XXI, à medida que o Brasil redescobriu a importância do papel do Estado, da industrialização e do planejamento no desenvolvimento.

Hoje, sua obra é rediscutida por uma nova geração de economistas e cientistas sociais, que encontram em Rangel um referencial teórico valioso para pensar os dilemas contemporâneos do país.

Em última análise Rangel não foi apenas um economista no sentido estrito do termo. Foi um pensador do Brasil, um intelectual comprometido com a transformação da realidade e um intérprete original de nossas contradições. Sua obra desafia os modelos prontos, convida ao pensamento crítico e oferece ferramentas analíticas poderosas para quem deseja entender a complexidade do desenvolvimento brasileiro.

Em tempos de crises múltiplas — econômicas, políticas, ambientais e sociais —, redescobrir Rangel é também redescobrir a importância do pensamento crítico, da análise histórica e da ousadia intelectual.

Em epítome, o seu legado permanece vivo, não apenas nos livros e artigos que escreveu, mas na capacidade que ele teve de pensar o Brasil a partir de si mesmo, com coragem, rigor e imaginação.



18

**FERNANDA GRAZIELLA
CARDOSO – PORTA-VOZ
DO DESENVOLVIMENTISMO**

Preliminarmente, Fernanda Graziella Cardoso avulta entre os economistas brasileiros cujo trabalho tem se destacado por atualizar e fortalecer o pensamento desenvolvimentista, especialmente por meio da incorporação da abordagem da complexidade às análises econômicas. Em um cenário acadêmico e político onde o neoliberalismo ainda predomina como paradigma, sua contribuição resgata elementos centrais do pensamento estruturalista latino-americano, entrementes em que propõe inovações teóricas capazes de interpretar os desafios contemporâneos do desenvolvimento no Brasil e em outros países periféricos.

Com formação em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), Fernanda aprofundou-se nos estudos de desenvolvimento econômico, com foco na trajetória brasileira, culminando em sua tese de doutorado defendida na mesma instituição.

A tese, intitulada “A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade”, representa uma tentativa ousada e bem-sucedida de revisitar os principais ciclos de crescimento econômico do Brasil, especialmente entre os anos de 1930 e 1980, à luz de uma nova epistemologia econômica.

A originalidade de Cardoso está em sua capacidade de articular o pensamento dos clássicos do desenvolvimento – como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Gunnar Myrdal – com as ferramentas conceituais da teoria da complexidade. Para ela, o subdesenvolvimento não pode ser visto apenas como a ausência ou insuficiência de desenvolvimento, mas sim como um estado histórico e estrutural com lógica própria.

Ao estudar o Brasil, ela demonstra como o país vive uma espécie de armadilha, em que políticas públicas descontinuadas, elites econômicas desinteressadas em transformação estrutural e uma dependência excessiva de ciclos externos impedem saltos qualitativos rumo ao desenvolvimento sustentável e autônomo. Cardoso parte do princípio de que o crescimento econômico, por si só, não assegura desenvolvimento. É preciso incorporar variáveis sociais, políticas e culturais ao centro do debate, rompendo com a visão economicista e linear que ainda domina muitos planejamentos estatais e projetos de governo.

Um de seus trabalhos mais reconhecidos é o livro “Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico”, publicado pela Paco Editorial, no qual apresenta e sistematiza as principais contribuições de nove teóricos que moldaram o campo do desenvolvimento. Entre os nomes destacados estão Paul Rosenstein-Rodan, Hans Singer, Ragnar Nurkse, William Arthur Lewis, Albert Hirschman, Michal Kalecki, Raúl Prebisch, Gunnar Myrdal e Celso Furtado.

Ao reunir esses autores em uma só obra, Fernanda Cardoso não apenas presta um tributo à tradição desenvolvimentista, mas também a reposiciona como uma

lente válida e necessária para a compreensão das desigualdades globais. Seu livro é, ao mesmo tempo, uma ferramenta didática e um convite à reflexão crítica.

Para ela, a compreensão do subdesenvolvimento requer mais do que dados macroeconômicos: exige sensibilidade histórica e um olhar atento às especificidades nacionais.

O grande contributo epistêmica de Fernanda Cardoso, entretanto, está na incorporação da chamada abordagem da complexidade às teorias do desenvolvimento. Inspirando-se em autores como Edgar Morin, ela argumenta que os sistemas econômicos são complexos por natureza e não podem ser plenamente compreendidos a partir de modelos lineares, previsíveis e mecanicistas.

Essa perspectiva se opõe frontalmente ao paradigma neoclássico, que reduz o comportamento dos agentes a escolhas racionais maximizadoras sob restrições claras. Ao aplicar essa lente à análise do Brasil, Cardoso revela que o subdesenvolvimento é reproduzido por uma multiplicidade de fatores que interagem entre si de maneira não-linear: desde a estrutura produtiva concentrada e reprimarizada até a cultura política patrimonialista e o sistema educacional excludente.

Em sua visão, o subdesenvolvimento é resiliente porque se adapta às mudanças superficiais sem, no entanto, alterar suas bases profundas.

A crítica de Cardoso ao neoliberalismo é firme e embasada. Para ela, o receituário liberal implementado no Brasil a partir da década de 1990 representou uma ruptura com a tradição desenvolvimentista sem entregar, em contrapartida, os benefícios prometidos. A abertura comercial, a privatização de empresas estratégicas e a flexibilização do mercado de trabalho não resultaram em maior produtividade, tampouco promoveram a redução das desigualdades sociais.

Pelo contrário, esses processos acentuaram a dependência externa e fragilizaram a capacidade do Estado de atuar como indutor do desenvolvimento. Em sua análise, o neoliberalismo não apenas falhou economicamente, mas também comprometeu o pacto social ao priorizar interesses do capital financeiro em detrimento das demandas sociais. Para Fernanda Cardoso, recuperar o papel do Estado como planejador e articulador de estratégias de longo prazo é fundamental para que o Brasil retome uma trajetória de desenvolvimento que seja, de fato, inclusiva e soberana.

A atualidade de seu pensamento ganha ainda mais destaque em um momento de instabilidade global, marcado por tensões geopolíticas, transformações tecnológicas e desafios ambientais. Cardoso entende que qualquer projeto de desenvolvimento precisa estar sintonizado com essas novas dinâmicas, sem abandonar, porém, as premissas básicas do desenvolvimento estrutural: diversificação produtiva, industrialização com agregação de valor, investimentos em ciência e tecnolo-

gia, e políticas públicas de combate às desigualdades.

Ademais disso, ela aponta que a construção de um novo modelo de desenvolvimento exige a articulação de diferentes saberes e disciplinas, rompendo com a compartimentalização tradicional das ciências sociais. A complexidade, nesse sentido, é não apenas um conceito, mas uma exigência epistemológica e política.

Fernanda Graziella Cardoso figura, hoje, entre os nomes mais relevantes da economia heterodoxa brasileira. Sua obra não se limita ao campo acadêmico, mas busca dialogar com gestores públicos, formuladores de políticas e movimentos sociais.

Ao reafirmar o valor do pensamento desenvolvimentista em tempos de crise e incerteza, ela se consolida como uma legítima porta-voz de um projeto nacional comprometido com a superação das desigualdades, a valorização do trabalho e a autonomia econômica.

Em epítome, em uma época marcada pelo desencanto com as promessas do mercado autorregulado, a voz de Fernanda Graziella Cardoso surge como um chamado à reconstrução de um Brasil possível, justo e soberano.



19

**UNIVERSIDADE
COMUNITÁRIA –
EXECUTORA DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

Em primeiro lugar, a universidade comunitária emerge no “status” agente estratégico na promoção do desenvolvimento regional, articulando ensino, pesquisa e extensão de maneira sinérgica às necessidades e potencialidades locais. Distinta das instituições de ensino superior públicas e privadas com fins lucrativos, a universidade comunitária fundamenta-se em princípios de solidariedade, inclusão social, democratização do saber e corresponsabilidade com o território em que está inserida.

Destarte, seu modelo de gestão, voltado à coletividade e ao interesse público, possibilita um enraizamento orgânico nas demandas sociais, econômicas e culturais da região, consolidando seu papel como catalisadora de transformações sustentáveis e duradouras.

Historicamente, essas instituições surgem como resposta à ausência do Estado em determinadas regiões e à incapacidade do setor privado de atender, de forma justa e equitativa, à população local. Seu crescimento está atrelado à interiorização do ensino superior no Brasil, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, quando a expansão universitária não acompanhava o ritmo de desenvolvimento e urbanização dos municípios médios e pequenos.

Neste contexto, a universidade comunitária se configura como alternativa legítima de acesso à educação de qualidade, e, simultaneamente, como promotora de cidadania ativa e emancipatória.

O conceito de desenvolvimento regional, por sua vez, compreende mais do que o crescimento econômico. Envolve uma abordagem integrada de progresso que considera variáveis como distribuição de renda, qualidade de vida, preservação ambiental, cultura, infraestrutura e participação social.

Destarte, quando se fala em execução do desenvolvimento regional por parte da universidade comunitária, está-se reconhecendo sua capacidade de atuar como sujeito histórico e político na promoção de políticas públicas, na incubação de projetos sociais, na inovação tecnológica e no fortalecimento do capital humano e social da região.

De outro vértice, a práxis extensionista se configura em uma das principais vias de atuação das universidades comunitárias. Por meio de programas e projetos de extensão, estas instituições desenvolvem ações voltadas à agricultura familiar, à saúde comunitária, à economia solidária, à educação básica e profissional, à cultura popular, ao empreendedorismo local e à inclusão digital. Essa atuação extrapola os muros da universidade e reconecta o saber acadêmico ao saber popular, promovendo trocas que fortalecem tanto a formação discente quanto a cidadania ativa.

Ademais disso, a extensão atua como ponte para a formulação de políticas

públicas que respondem às reais necessidades da população regional.

Na pesquisa, a universidade comunitária demonstra sua relevância ao direcionar seus esforços investigativos para problemas locais com impacto regional. A constituição de núcleos de pesquisa aplicada e de centros de inovação tecnológica favorece a criação de soluções voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável.

Exemplo disso reside nos projetos em energias renováveis, manejo sustentável dos recursos naturais, saúde preventiva, políticas educacionais inclusivas e planejamento urbano participativo. Ao gerar conhecimento contextualizado, a pesquisa acadêmica fortalece a autonomia da região e evita a dependência de soluções importadas que, muitas vezes, não consideram as especificidades do território.

Outro fator crucial é a formação profissional crítica e comprometida com o entorno. A universidade comunitária forma sujeitos com competências técnicas, éticas e políticas, preparados para intervir de forma transformadora na realidade social. Por meio de currículos integradores, que articulam teoria e prática com foco na região, os egressos dessas instituições tendem a permanecer em suas comunidades, gerando um ciclo virtuoso de fortalecimento local.

Por conseguinte, o envolvimento de estudantes em projetos de extensão e pesquisa proporciona uma formação cidadã e empática, fundamental para uma atuação profissional alinhada ao bem comum.

No campo da governança, a universidade comunitária apresenta um diferencial importante: a participação efetiva da comunidade na gestão institucional. Conselhos deliberativos compostos por representantes da sociedade civil, do poder público e do setor produtivo garantem que as decisões estejam ancoradas nas reais demandas da população.

Essa gestão compartilhada contribui para uma maior legitimidade institucional e para a construção de estratégias de desenvolvimento mais coerentes com as necessidades regionais.

Não se pode ignorar, entretanto, os repto adversados por essas instituições. O financiamento público ainda é insuficiente e desigual, o que compromete a sustentabilidade de muitos projetos sociais e acadêmicos.

A par disso, a crescente mercantilização da educação superior impõe pressões competitivas que ameaçam a missão comunitária. Para manter sua identidade e relevância, é fundamental que haja políticas públicas específicas de fomento às universidades comunitárias, reconhecendo seu papel estratégico no desenvolvimento regional.

A valorização dessas instituições deve passar por uma política de financiamento estável e continuado, que permita a expansão da oferta educacional, a melhoria da infraestrutura e a consolidação de uma rede de cooperação regional.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de uma maior articulação em rede entre as universidades comunitárias e os diversos atores locais: associações civis, cooperativas, movimentos sociais, secretarias municipais, micro e pequenas empresas, entre outros. A atuação em rede amplia o alcance das ações, promove sinergias e evita a fragmentação de esforços.

Outrossim, permite a troca de experiências exitosas e a criação de agendas conjuntas para o desenvolvimento, fortalecendo a cultura de colaboração e responsabilidade entre universidade e comunidade.

Em última análise, a universidade comunitária tem se afirmado como um dos principais vetores de desenvolvimento regional no Brasil, especialmente em áreas historicamente negligenciadas por outras esferas do ensino superior.

Sua “performance” compromissada com os valores da inclusão, da justiça social e da sustentabilidade a torna uma instituição estratégica na execução de políticas e práticas voltadas à transformação territorial.

Para tanto, em epítome, faz-se mister o reconhecimento efetivo de seu papel, não apenas por meio de discursos, mas de ações concretas que garantam as condições institucionais para que continue sendo um instrumento de desenvolvimento com equidade e participação.

ISBN: 978-65-6068-178-1



9 786560 681781



Pascal

Editora